

ESCOLA DE HUMANIDADES  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MAURÍCIO FLECK GOLDFELD

**ENTRE ESCÂNDALOS: AS NARRATIVAS DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NO  
THE NEW YORK TIMES**

Porto Alegre  
2020

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

MAURÍCIO FLECK GOLDFELD

**ENTRE ESCÂNDALOS: AS NARRATIVAS DO IMPEACHMENT DE DILMA  
ROUSSEFF NO THE NEW YORK TIMES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Sociais pela Escola de  
Humanidade da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Teresa Cristina Schneider Marques

Porto Alegre  
2020

## RESUMO

O presente trabalho insere-se na discussão que busca verificar as relações existentes entre democracia e mídia no cenário internacional. Mais especificamente, aborda-se o impeachment de Dilma Rousseff no The New York Times e explora-se as representações e compreensões do processo político brasileiro por esse meio de comunicação. Parte-se dos conceitos de democratização e desdemocratização de Charles Tilly para analisar vinte e três reportagens do jornal norte-americano que foram publicadas ao longo do ano de 2016. Reflete-se, a partir disso, se o processo de deposição de Dilma Rousseff tal qual veiculado pelo The New York Times pode ser compreendido como um movimento de enfraquecimento da democracia no Brasil ao investigar-se quais as nuances atribuídas ao processo por esse meio de comunicação. Emprega-se, em termos metodológicos, a análise categorial temática para classificação das reportagens elencadas a partir de quatro categorias analíticas principais: baixa capacidade estatal, baixa representatividade, instabilidade política e ilegalidade do processo.

**Palavras-chave:** Impeachment. Desdemocratização. Dilma Rousseff. The New York Times.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Frequência das categorias de análise.....	45
Figura 2 -	Distribuição da frequência das categorias anteriores e posteriores ao impeachment.....	50

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>DISCUSSÕES DEMOCRÁTICAS E A ABORDAGEM DE CHARLES TILLY .</b> <b>.....</b>	<b>10</b>
2.1	DELINEAMENTO DO DEBATE SOBRE TEORIA DEMOCRÁTICA.....	10
2.2	A ABORDAGEM PROCESSUAL DE CHARLES TILLY .....	16
2.3	DEMOCRATIZAÇÃO E DESDEMOCRATIZAÇÃO .....	19
<b>3</b>	<b>O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF .....</b>	<b>24</b>
3.1	O LUGAR DO IMPEACHMENT NOS REGIMES DEMOCRÁTICOS .....	24
3.2	O CONTEXTO DO IMPEACHMENT .....	28
<b>4</b>	<b>A VISÃO DO THE NEW YORK TIMES.....</b>	<b>38</b>
4.1	TRATAMENTO METODOLÓGICO: A ANÁLISE DE CONTEÚDO CATEGORIAL TEMÁTICA .....	38
4.2	ANÁLISE DO CORPUS DOCUMENTAL: O IMPEACHMENT DE DILMA NO THE NEW YORK TIMES .....	42
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>
	<b>APÊNDICE A – RELAÇÃO DE REPORTAGENS ANALISADAS .....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O final do século XX e o início do século XXI mudaram drasticamente as discussões acadêmicas e políticas relacionadas a democracia. Os pontos focais que ditam os argumentos de cada época ajudam a entender o estágio de desenvolvimento da democracia nas diferentes partes do mundo. Miguel (2005) argumenta que o conceito de democracia esconde grandes divergências sob uma capa de consenso: sendo a palavra um objeto do jogo político, “[...] os diferentes grupos empenhados em ostentar o rótulo promovem sua ressemantização, adequando seu significado aos interesses que defendem.” (MIGUEL, 2005, p. 5). Nesse sentido, as discussões sobre democracia são entendidas como o pano de fundo dessa monografia, que busca explorar as representações e compreensões do processo político brasileiro pela mídia internacional.

Até a Segunda Guerra Mundial, o principal debate sobre o tema ainda se referia à desejabilidade da democracia como forma de governo, uma vez que se encontrava em oposição a outros sistemas políticos vigentes. Por mais que a democracia como conceito e como experiência fosse conhecida desde a Grécia Antiga, foi apenas no século XX que se disseminou o ideal de que a democracia deveria ser a forma de governo almejada pelos Estados. Na Grécia, democracia estava associada ao ideário de governo do povo, que, para Miguel (2005) nunca foi realizada plenamente. Contudo, a concepção grega de democracia não era apenas retórica e incluía um conjunto definido de instituições que balizavam a política e a vida pública. A transposição desse ideal democrático grego para governos contemporâneos foi o objetivo de muitos políticos e teóricos ao longo dos séculos, mas as sociedades modernas mostraram-se demasiadamente extensas, populosas e complexas para conseguirem ostentar um governo do povo (MIGUEL, 2005). Esse primeiro debate demonstra a incipiência da discussão democrática moderna, que viria a se modificar profundamente com as alterações ocorridas na ordem global até a virada do século XX.

Na segunda metade do século, as concepções sobre democracia flutuaram, de forma que as discussões deixaram de centrar-se na desejabilidade democrática, que já havia se convertido em exemplo a ser defendido internacionalmente, e passaram a focar nos requisitos e impedimentos estruturais da democracia (SANTOS, 2003). Já antes do fim da Segunda Guerra, observava-se as tensões

entre democracia e capitalismo e buscava-se entender o porquê de alguns países conseguirem atingir a democracia e outros não. O que se identifica a partir de 1945 é uma longa e extensa onda de democratização, que englobou países com realidades extremamente distintas e que, em muitos casos, não possuíam as características classificadas como condições para o desenvolvimento democrático. A realidade novamente avançou a discussão teórica, que passou a versar sobre o ponto que mais interessa esta monografia: as formas de democracia e sua variação.

Dentro da grande discussão sobre teoria democrática, a presente monografia aborda, panoramicamente, as classificações democráticas que mais receberam preponderância no debate acadêmica nos últimos anos. Caracteriza-se, assim, arranjos como a democracia liberal e a democracia utópica tal como delineados por MacPherson (MIGUEL, 2005; SANTOS, 2003). Inicialmente, busca-se explorar aspectos como a relação entre procedimento e forma, o papel das burocracias e a inevitabilidade da representação nas democracias modernas, pois essas características se constituem como pontos-chave na definição das diferentes vertentes teóricas. Através dessa caracterização que Santos (2003) diferencia sua abordagem hegemônica de sua visão não-hegemônica em termos de teoria democrática e abre caminho para as ramificações estabelecidas com outras perspectivas sobre arranjos democráticos. A divisão proposta, portanto, não é estática, haja vista que os próprios autores defensores de tais visões muitas vezes flutuam dentro do espectro da teoria democrática, flertando com diferentes abordagens.

Adentrando o escopo do trabalho especificamente, essa pesquisa tem como problema de pesquisa a busca pela identificação das nuances atribuídas pelo *The New York Times* ao processo de impeachment de Dilma Rousseff. As diferentes caracterizações em termos de forma democrática pavimentam o caminho para a exploração aprofundada da visão de Charles Tilly (2007), que defende uma abordagem processual da democracia. Diferentemente do que propunham alguns de seus conterrâneos, Tilly (2007) defendia a democracia como um movimento fluído, em que processos democratizantes e desdemocratizantes poderiam ocorrer em múltiplos regimes e, inclusive, de forma paralela. Nesse sentido, uma democracia deve ser classificada enquanto tal caso conte com “[...] consulta ampla, igual, protegida e mutuamente vinculativa [...]” (TILLY, 2007, p. 14, tradução nossa). Entretanto, procura-se ir além da simples análise se um regime é ou não

democrático ao demonstrar-se quão democráticos são os regimes e quais os processos que podem indicar movimentos dentro do espectro democrático. Esses movimentos, tomados como parâmetros aplicáveis internacionalmente, indicariam o grau democrático de qualquer regime analisado. O argumento de Tilly (2007) embasa-se em três construções que podem ser concomitantes e que indicam movimentos democratizantes: a integração de redes de confiança na política pública, a separação da política pública de desigualdades e a supressão de centros de poder autônomos. As contrapartes dos processos citados seriam responsáveis por movimentos desdemocratizantes, uma vez que esses processos podem modificar o grau de democracia de um regime em qualquer sentido.

O aporte teórico de Tilly (2007) é utilizado para embasar a compreensão do processo que culminou com o impeachment de Dilma em 2016. A escolha pela análise do impeachment de Dilma justifica-se por se tratar de um tema contemporâneo que suscitou discussões acerca da envergadura da democracia no Brasil. Além disso, consistiu em um processo político-jurídico recente e de ainda incipiente exploração acadêmica, mas com implicações econômico-sociais extremamente palpáveis. Observa-se, nesse sentido, atribuição de relevância não apenas da factualidade dos acontecimentos, mas da forma como esses são retratados, o que embasa, paralelamente, a escolha por tratar-se, especificamente, a visão do *The New York Times* sobre esse processo. Destaca-se que esse jornal norte-americano se configura como uma referência em informação a nível internacional, sendo uma fonte de informação de acesso possível de forma remota.

Postula-se, baseado na visão de Tilly (2007) e nas análises do regime brasileiro que partem de sua abordagem processual, que o impeachment indica um processo de desdemocratização no Brasil. Sendo assim, pretende-se compreender, a partir do caso do *The New York Times*, se a mídia internacional identifica o processo de enfraquecimento democrático em suas narrativas. Em termos de organização, essa monografia está dividida em três capítulos principais: o capítulo dois compõe o arcabouço teórico da investigação, tendo como objetivo fornecer um panorama do debate democrático contemporâneo para depois aprofundar-se nas ideias de Tilly (2007). O capítulo três mostra-se essencialmente contextual, sendo utilizado na exploração do cenário que levou ao impedimento de Dilma. Por fim, o capítulo quatro consiste na seção mais analítica do trabalho e engloba a categorização das reportagens elencadas do *The New York Times*.

Para guiar a exploração, primeiramente, comenta-se sobre o lugar do impeachment nos regimes democráticos e na Constituição Federal. Pontua-se as diferentes nuances associadas ao processo de impeachment, bem como explora-se possíveis argumentos sobre golpes parlamentares, aspecto esse que veio a se tornar o principal ponto de fricção entre os defensores do impeachment e seus críticos. Kozicki e Chueiri (2019) apontam o impeachment como uma arma inevitavelmente desdemocratizante. Para Tilly (2007), por outro lado, esse processo não se configura como necessariamente como destrutivo, uma vez que se insere em sua visão dinâmica de democracia.

Os esclarecimentos sobre a forma do impeachment pavimentam o caminho para sua contextualização prática, realizada através da narrativa do impeachment de Dilma. Procura-se, nesse ponto, elencar todas as nuances associadas ao processo, desde suas motivações até seus impactos. Svartman e Silva (2016) situam Dilma dentro da trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores, mostrando as características que marcaram não apenas os anos que levaram à eleição da presidente, mas também os que compuseram seu mandato. Tatagiba (2018) disserta sobre a relevância das manifestações de rua verificadas no Brasil entre 2011 e 2016. Verifica-se um movimento de complementariedade entre os processos de mobilização e a política eleitoral, de forma que o segundo acabou se apropriando do primeiro. Por fim, Rebello, Damin e Giora (2019) focam nas justificativas que permitiram que o impeachment fosse processualmente adiante e, em última instância, consumado. Destacam-se as variáveis eleitorais e as variáveis político-partidárias que, em conjunto, compõem o trabalho estatístico de regressão logística realizado pelos autores que é explorado nesta monografia.

A partir do conhecimento do contexto, torna-se possível que se adentre nas questões mais analíticas propostas por esta monografia. Utilizando-se a análise de conteúdo categorial temática como delineada por Laurence Bardin (2011), busca-se compreender quais as nuances atribuídas pelo The New York Times ao processo que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff. Criou-se, através da categorização de vinte e três reportagens do jornal norte-americano, uma base de dados em que se verificou quais os aspectos destacados pelos textos que culminaram com o impeachment e se esses indicam algum tipo de movimento retrógrado em termos de grau de democracia no Brasil. As categorias de análise delineadas englobam diferentes facetas associadas ao processo de impeachment.

Por buscarem identificar, primariamente, movimentos desdemocratizantes, elas são negativas, sendo divididas em: baixa capacidade estatal, baixa representatividade, instabilidade política e ilegalidade do processo. Uma vez identificados os elementos que caracterizam as categorias nas reportagens, procedeu-se com o tratamento estatístico dessa base de dados, que consiste no núcleo analítico deste trabalho, desenvolvido em profundidade no capítulo quatro.

## 2 DISCUSSÕES DEMOCRÁTICAS E A ABORDAGEM DE CHARLES TILLY

O próximo capítulo busca aprofundar a discussão teórica sobre democracia vislumbrada na introdução. Pelo fato da democracia ser um conceito de extrema amplitude, uma vez que é objeto de constante ressemantização, torna-se necessário discorrer, panoramicamente, sobre o estágio do debate democrático contemporâneo. O subcapítulo 2.1 realiza, portanto, um apanhado sobre as concepções mais relevantes no tocante à democracia em termos de Ciência Política na atualidade. As divisões conceituais abordadas não são enrijecidas, uma vez que os próprios teóricos que as produziram - seus maiores expoentes - não possuem uma visão fixa e unidirecional sobre democracia. Objetiva-se, por conseguinte, delinear as perspectivas acerca das diversas sendas que a teoria democrática tem vislumbrado nos últimos anos. O subcapítulo 2.2, a seu tempo, aborda a visão democrática de Charles Tilly, que possui uma visão dinâmica sobre o processo democrático. Para ele, essa relação entre governo e governados pode oscilar temporalmente e ir tanto no sentido da democratização quanto da desdemocratização. Esses dois conceitos configuram o foco do subcapítulo 2.3, que investiga a centralidade dessas ideias na obra de Tilly.

### 2.1 DELINEAMENTO DO DEBATE SOBRE TEORIA DEMOCRÁTICA

As classificações democráticas são relevantes, pois, como indica Miguel (2005), a palavra democracia ganhou importância nas disputas políticas. Uma proposta de investigação que conseguiu certo consenso no campo é a de MacPherson (MIGUEL, 2005; SANTOS, 2003). De um lado, temos a democracia liberal, que veio a se ramificar e ocupar o ideário social democrático; do outro, a democracia utópica, que está associada à concepção marxista de uma sociedade dividida em classes (MIGUEL, 2005). A concepção de MacPherson introduz a divisão proposta por Santos (2003), que julga existirem dois tipos de arranjos democráticos teóricos: um hegemônico, representado, majoritariamente, pelos processos democráticos dos países europeus especialmente na primeira metade do século XX; e um não-hegemônico, cujas correntes consideram os processos de transformação democrática que incorreram com maior frequência na segunda metade do século XX ao redor do mundo. Partindo também de MacPherson, Miguel

(2005), propõe uma divisão mais abrangente, em que pesam as teorias mais em voga no século XXI. Por serem interseccionais e complementares, ambas análises serão abordadas nos próximos parágrafos.

Para Santos (2003), são três as questões que pautam o desenvolvimento das correntes democráticas: a relação entre procedimento e forma, o papel das burocracias e a inevitabilidade da representação. Convém analisar cada um desses aspectos, pois eles formam a base da argumentação da concepção hegemônica de Santos (2003), que, para Miguel (2005), leva o nome de democracia liberal-pluralista. A relação entre procedimento e forma recebe atenção a partir dos escritos de Schumpeter (1984), em que o autor questiona se é possível que o povo governe. Para ele, o aspecto procedimental da democracia não estava associado à tomada de decisões baseada na soberania popular; mas sim no arranjo institucional que permite a tomada de decisões políticas e administrativas (SANTOS, 2003). Dessa forma, a democracia acaba sendo entendida como um mecanismo de formação de minorias governantes legítimas, sendo a legitimidade do sistema assentada no voto popular. O desencantamento de Schumpeter vai ainda mais longe, haja vista que ele considera central a apatia do cidadão comum: ocorre uma desvalorização do voto individual frente à perspectiva de milhares de votos, o que faz com que os cidadãos não invistam o tempo necessário para a qualificação política. Nesse sentido, o resultado do processo eleitoral não é visto como formador de uma vontade coletiva, mas sim como uma “[...] agregação de preferências manipuladas, preconceitos e decisões impensadas.” (MIGUEL, 2005, p. 9), em que os cidadãos participam apenas a cada dois ou quatro anos - como pontua Miguel (2005), o aspecto comunicativo da atividade política é desconsiderado. Bobbio (1979) versa sobre pontos complementares a Schumpeter, avaliando quais os conjuntos de regras que permitem a formação de governos representativos. O que se observa é uma especificação do discurso: em um primeiro momento, observa-se uma ampla discussão acerca das regras do jogo democrático, que, posteriormente, se afunila em favor da “[...] identificação da democracia com as regras do processo eleitoral.” (SANTOS, 2003, p. 45).

O segundo ponto que embasa a concepção hegemônica diz respeito ao papel das burocracias e tem seu fundamento nos escritos de Weber (1978), que argumenta em favor da “[...] inevitabilidade da perda de controle sobre o processo de decisão política e econômica pelos cidadãos e seu controle crescente por formas de

organização burocrática.” (SANTOS, 2003, p. 46). Nesse sentido, o que Weber observa é a consolidação de burocracias especializadas intimamente ligadas ao desenvolvimento do Estado moderno e a conseqüente ascensão de burocratas que acabam por limitar o protagonismo político do cidadão comum. Por outro lado, com o aumento das funções do Estado, ligadas às políticas de bem-estar social, fortaleceu-se uma ideia positiva com relação às burocracias, propagada por Bobbio (1979), que argumenta que o cidadão, ao corroborar a solidificação do Estado de bem-estar social, está, deliberadamente, abandonando o controle exercido por ele sobre atividades públicas em favor das burocracias.

O terceiro aspecto que embasa a concepção hegemônica de democracia remete à questão da representatividade e questiona se essa é a única solução para o problema de escala nas democracias modernas. Dahl (1998) argumenta a favor da representação, verificando que, a medida a unidade democrática cresce, menor é a capacidade individual dos cidadãos de lidar com problemas de ordem sócio-política e, portanto, maior a necessidade de delegação de poder decisório para o corpo representante. O crescimento da unidade política implica, para Dahl, na criação de poliarquias: “Em vez de uma minoria governante, existem muitas minorias que disputam entre si a respeito de questões específicas e que devem ser levadas em conta pelos governantes.” (MIGUEL, 2005, p. 11). Formam-se, portanto, múltiplos centros de poder, de forma que Dahl contrapõe-se a Schumpeter, que entendia ser inevitável o domínio da organização social por uma minoria.

Santos (2003) critica essa argumentação de Dahl (1998), mostrando que a questão da representação não pode ser associada unicamente ao fator da escala. Para ele, há três dimensões que devem ser consideradas quando se pensando representação: autorização, prestação de contas e identidade. A primeira, autorização, é compreendida através do processo eleitoral, que corrobora a escolha de representantes, que, por sua vez, facilitam o exercício político em grande escala. As outras nuances, contudo, não são contempladas pela representação: a prestação de contas, dentro da arena política, mostra-se conflituosa, uma vez que os representantes não possuem grandes incentivos ou obrigações de discriminar seus gastos. Por fim, a questão de identidade mostra-se central na análise a partir da constatação de que não há como garantir que grupos minoritários terão expressão política adequada. Isso aponta para uma importante limitação da concepção hegemônica, que reside na dificuldade de representar identidades e agendas

minoritárias. Miguel (2005) expande sobre esse último ponto, argumentando que a teorização da democracia liberal-pluralista isola a esfera política de outros aspectos da vida social. Para ele, as desigualdades sociais, materiais e simbólicas não podem ser relevadas, uma vez que “[...] transbordam para a arena política, contribuindo para impedir que determinados grupos tenham acesso pleno a ela ou nela sejam capazes de promover eficazmente seus interesses.” (MIGUEL, 2005, p. 12).

O outro arranjo democrático abordado por Santos (2003) é o não hegemônico, denominado por Miguel (2005) de democracia deliberativa e calcado nas críticas ao modelo liberal-pluralista. A democracia, dentro do ideal não hegemônico, não pode ser entendida como um movimento de engenharia institucional, uma vez que consiste em uma nova gramática histórica, social e cultural (SANTOS, 2003). O embasamento dessa corrente argumentativa reside na concepção de Habermas de que “[...] que as decisões políticas sejam fruto de uma ampla discussão, na qual todos tenham condições de participar em igualdade, apresentando argumentos racionais, e ao fim da qual haja consenso.” (MIGUEL, 2005, p. 8). Há, portanto, uma dupla valorização: primeiro, dos mecanismos discursivos da prática política - a deliberação, que se opõe à concepção de agregação de preferência - e, segundo, enfatiza a igualdade de participação, que foi relegada a um segundo plano na abordagem liberal-pluralista.

No entanto, observa-se que Habermas acaba por defender um ideal normativo, haja vista que versa sobre um modelo utópico de fala ideal em que não há exclusão - em que todos cidadãos teriam condições de igualdade na participação do debate público (MIGUEL, 2005). Isso, todavia, não possui paralelo com a realidade, uma vez que, mesmo que se consiga esboçar um local de deliberação que aporte o tamanho das sociedades contemporâneas, a assimetria entre as posições dos diferentes interlocutores - regidas por status, poder ou dinheiro - acabam condicionando o debate. As próprias ferramentas discursivas acabam por pautar o debate, uma vez que nem todos estão em pé de igualdade no desenvolvimento da oratória, que recebe papel central na concepção deliberativa. Assim, o ideal de igualdade de participação é entendido como uma ficção: embora o processo deliberativo consista em um mecanismo legítimo baseado no consenso, é irrefutável que os grupos minoritários têm menor autonomia e envergadura de produzir e reproduzir seus interesses.

A transposição da vivência democrática europeia e norte-americana para o Sul global, em especial a América Latina, desembocou em novas experiências e realidades desconhecidas ou desconsideradas até então. Santos (2003) argumenta que ocorreu a inserção de novos atores sociais, que acabaram por entrar em conflito com os grupos anteriormente hegemônicos pelo significado de democracia e pela formação de uma nova gramática social. Mostrava-se necessária a formação de uma nova relação entre Estado e sociedade, o que “[...] implicou na introdução do experimentalismo na própria esfera do Estado, transformando o Estado em um novíssimo movimento social.” (SANTOS, 2003, p. 54). Surgem, pois, novas questões, dentre as quais se destacam as críticas à falta de participação e à burocratização extensiva dos sistemas democráticos anteriores. Além disso, questiona-se a relação entre representação e diversidade cultural e social: quanto maior é o número de atores políticos, maior deveria ser a diversidade entre esses atores, dada a realidade multifacetada das sociedades latinas; todavia, na prática, esse paralelo não é tão claro, uma vez que os grupos sociais mais vulneráveis não possuem representação correspondente, especialmente quando comparados com setores mais prósperos (SANTOS, 2003).

É nesse cenário que se desenvolve a lógica argumentativa por trás da democracia participativa. A participação esporádica apenas para o exercício do voto é tida como insuficiente, sendo necessária a participação cotidiana da população nas decisões públicas. Isso não é defender um retorno à democracia participativa, que não passa de um devaneio, mas sim uma iniciativa de reforma da política no nível local (MIGUEL, 2005). Com isso, espera-se colocar em marcha um duplo processo a partir do alargamento de participação de diferentes atores sociais a nível local: a inclusão de temáticas relegadas anteriormente a um segundo plano e a redefinição de identidades, em que novos grupos podem receber preponderância na discussão política (SANTOS, 2003). Esses movimentos, não obstante, acabam por ser alvo de disputa, sendo contestados pelas elites, acostumadas com o conforto de sua participação excludente dentro da concepção hegemônica, através do combate ou da descaracterização por meio de cooptação ou de integração (SANTOS, 2003).

De forma geral, os participacionistas defendem um arranjo institucional que permita o “[...] aprimoramento da representação por meio da qualificação política dos cidadãos e das cidadãs comuns.” (MIGUEL, 2005, p. 25). Inicialmente, acreditava-se que o sufrágio universal era mais importante mecanismo para garantir a participação

política. Entretanto, a introdução do sufrágio universal refutou esse postulado: considerando a distância entre as eleições e o baixo peso de cada voto individualmente, o voto universal provou-se uma ferramenta frágil na ampliação da participação política (MIGUEL, 2005). O passo central, nesse sentido, passou a ser a microfocalização das decisões políticas a partir da implementação de ferramentas democráticas a nível local. “A lógica da participação ampliada exige descentralização do poder.” (MIGUEL, 2005, p. 26). Participação, por conseguinte, não se resume ao direito ao voto: remete ao aumento do acesso às instâncias de tomada de decisão, o que faz com que haja alguma cessão de capacidade de decisão do cume para a base da pirâmide social (MIGUEL, 2005).

Por fim, destaca-se o multiculturalismo: corrente desenvolvida mais tardiamente e que tem como premissa “[...] a afirmação das características distintivas dos diversos grupos presentes na sociedade nacional, entendidas como irreduzíveis a uma identidade única e fontes legítimas de ação política.” (MIGUEL, 2005, p. 8). O embasamento dessa argumentação reside na constatação de que as sociedades modernas são compostas por grupos heterogêneos que defendem valores muitas vezes conflitantes: surge, portanto, a necessidade de se desenhar uma unidade política que garanta igualdade de direitos para todos os grupos sociais (MIGUEL, 2005). Seu principal expoente é Iris Marion Young (1990), que caracteriza o multiculturalismo como a política da diferença e advoga a inclusão política de grupos previamente excluídos. Existe, portanto, um foco no coletivo, em que os grupos são compreendidos como portadores de uma identidade compartilhada. Todavia, como observado, nem todos os grupos possuem a mesma preponderância na esfera política e é dever da política da diferença garantir a criação de mecanismos que garantam maior equidade no acesso aos espaços políticos.

É necessário pontuar que as divisões estabelecidas nessa seção não são fixas e tampouco esgotam as discussões referentes à teoria democrática contemporânea. As fronteiras entre as teorias apresentadas não são enrijecidas, haja vista ser comum que teóricos flertem com diferentes aspectos internos das abordagens para definir sua visão específica de democracia. Dessa forma, não se pretende apresentar uma verdade absoluta, mas sim postular os caminhos que a teoria democrática vem trilhando ao longo das últimas décadas. Na próxima seção, abordar-se-á a teoria democrática de Charles Tilly, que tem um foco processual em sua análise. Tilly (2007) observa quatro ramificações principais tocantes às

classificações de teoria democrática: constitucional, substantiva, procedimental e processual. A abordagem constitucional, como bem exemplifica a nomenclatura, tem como centro as leis que regem os regimes e foca em como os arranjos legais ditam o funcionamento político dos países. Tal diferenciação, na prática, decorre das diferenças, por exemplo, de sistemas presidencialistas para os parlamentaristas, bem como dos federais para os descentralizados. A argumentação substantiva enfatiza as condições sociais e políticas ofertadas pelos governos, em que se destaca questões centrais, como liberdade, segurança e igualdade. A definição procedimental avalia os métodos que regem o regime e centra sua atenção nas eleições, avaliando se essas englobam grandes números de cidadãos e são, de fato, competitivas. Por último, a perspectiva processual identifica uma série de processos que devem ocorrer para que um regime possa ser entendido como democrático. Esses, entretanto, não são fixos e foram objeto de discussão teórico entre os defensores do ponto de vista processual, que consiste no arcabouço da lógica de Tilly. Para ele, a democracia deve ser vista como um processo, sendo esse sujeito a transformações ao longo do tempo. Busca-se investigar, nesse sentido, quais variáveis que atuam sobre essa transformação e para qual sentido cada uma delas aponta.

## 2.2 A ABORDAGEM PROCESSUAL DE CHARLES TILLY

Em sua obra “Democracy”, Charles Tilly (2007) busca fazer um apanhado de toda sua produção referente ao tema da democracia. Para o autor, regime é entendido como a relação entre um Estado e pessoas. Tocante a isso, democracia é entendida como um “tipo de relação que se estabelece entre Estados e cidadãos” (TILLY, 2007, p. 12, tradução nossa), ou seja, um tipo de regime. Nesse sentido, a tese de Tilly tem como arcabouço teórico a concepção de que a democracia consiste em um processo dinâmico que altera essa relação entre governo e governados, ou seja: movimenta-se dentro de um continuum que pode ir tanto no sentido da democratização, quanto da desdemocratização. É justamente por causa dessa lógica - que estabelece a democracia como um processo que pode deslocar-se em diferentes sentidos - que escolheu-se Charles Tilly como arcabouço teórico desta monografia. Para que se possa avaliar os sentidos desses dois tipos de

deslocamentos políticos, é necessário que se estabeleça alguns pontos acerca do que qualifica uma democracia .

Dahl (1989) identifica cinco critérios que qualificam uma democracia: participação efetiva, em que pese os cidadãos terem oportunidades de veicular suas visões sobre as políticas; igualdade de voto, para que todos tenham o mesmo peso na decisão final; entendimento esclarecido, que refere-se à chance de que todos possam entender a decisão a ser tomada, bem como suas consequências; controle da agenda, que remete à possibilidade de que se decida o que deve ser pauta política; e inclusividade, que defende o direito de participação legítima a todos os cidadãos. Por mais que possa parecer um conjunto tido como evidente perante as democracias modernas, na prática ele realiza uma revisão histórica abrupta, uma vez que desqualifica modelos tidos como exemplos democráticos, como a democracia grega, uma vez que essa tinha como base a exclusão cidadã, haja vista que mulheres e escravos, para citar dois grupos majoritários naquela sociedade, não eram considerados cidadãos (TILLY, 2007). Em se considerando os regimes nacionais, Dahl (1997) defende o que ficou conhecido como poliarquia, que tem como alicerce: eleições frequentes, livres e justas; liberdade de expressão; fontes de informação múltiplas; autonomia associativa; e cidadania inclusiva. Contudo, Tilly (2007) aponta que esses quesitos consistem em uma lista estática, na qual o país é classificado como democrático caso cumpra com todos os critérios e como não democrático caso falhe com algum. Tal avaliação não se mostra tão pertinente para o presente estudo, pois busca-se, como Tilly, avaliar quão democráticos são os regimes e, especificamente, como, através do tempo, eles tornaram-se mais ou menos democráticos. Ou seja, parte-se da premissa que a democratização e a desdemocratização são processos contínuos que podem, inclusive, em dados momentos, ocorrer de forma paralela em um mesmo país.

Torna-se, necessário, portanto, pontuar quais são os movimentos que indicam deslocamentos dentro dessa curva de grau democrático. Para simplificar, Tilly (2007) avalia que a qualidade de uma democracia depende, em primeira instância, da atuação do Estado estar em conformidade com as demandas expressas por sua população. Para que isso seja considerável, contudo, é necessário que se aprecie quatro aspectos: quantos cidadãos conseguem exprimir suas reivindicações; quão igual diferentes grupos de cidadãos conseguem veicular suas exigências; em que medida o Estado protege tais articulações; e se esses processos vinculam ambos os

lados - Estado e cidadãos (TILLY, 2007). Esses quatro pontos embasam e resumem a lógica argumentativa de Tilly, que classifica uma democracia como tal caso ela conte com uma “[...] consulta ampla, igual, protegida e mutuamente vinculativa [...]” (TILLY, 2007, p. 14, tradução nossa). Amplitude refere-se a não segmentação populacional, ou seja: toda a população é compreendida sob a égide de cidadãos; igualdade remete à falta de classificação étnica, em que etnicidade não possui qualquer relação preferencial com política, de forma que os direitos prevalecem sob toda a população; proteção alude à lógica de que o poder público não pode ser usado em benefício individual, uma vez que todos os cidadãos devem ter direito aos devidos processos e que esses sejam públicos; por fim, a mutualidade vinculativa diz respeito às obrigações claras e bem definidas de agentes estatais, que não podem, por exemplo subornar, persuadir, ameaçar ou usar a influência para perseguir objetivos escusos ou pessoais. Essas variáveis, observadas em conjunto, compõem o que Tilly entende como grau de democracia, de forma que movimentos líquidos<sup>1</sup> direcionados para o espectro positivo dessas variáveis indicam processos de democratização, ao passo que deslocamentos para o espectro negativo revelam processos de desdemocratização.

Nesse sentido, busca-se encontrar variáveis plausíveis que possam ser aplicadas na totalidade de países do mundo quando se avaliando seus respectivos graus de democracia. No entanto, observa-se que os conceitos de democratização e de desdemocratização não podem ser entendidos como postulados de uma trajetória única: Tilly (2007) defende que os movimentos nesses dois sentidos “[...] dependem de alguns mecanismos causais recorrentes que se dividem em um pequeno número de processos necessários.” (TILLY, 2007, p. 22, tradução nossa). Nesse caso, mecanismos são entendidos como eventos que produzem os mesmos resultados em uma variedade de circunstâncias, ao passo que processos são compreendidos como as combinações de mecanismos que produzem resultados específicos (TILLY, 2007). Democratização e desdemocratização são percebidos, portanto, como grandes processos em cujos interiores estão contidos processos menores que desencadeiam aqueles resultados, independentemente de seus contextos. O que Tilly busca é, justamente, elencar quais são esses pequenos

---

<sup>1</sup> Movimentos líquidos referem-se à contabilização do total de deslocamentos entre as variáveis. Assume-se que uma variável pode ir no sentido de democratização, enquanto outra vai no sentido de desdemocratização. A liquidez no movimento envolve a conclusão de para qual lado pende o total desses movimentos.

processos que compõem cada um dos movimentos para que seja possível metrificar a democracia nos países e, dessa forma, comparar países não apenas no mundo, mas também no tempo, avaliando se a democracia progrediu ou regrediu em uma mesma nação em um dado período de tempo.

Para que se adentre no campo dos processos propriamente ditos, mostra-se necessário, antes, pontuar um aspecto central na interpretação de Tilly (2007), que diz respeito ao conceito de capacidade estatal. Essa é compreendida como a “[...] extensão pela qual intervenções de agentes estatais nos recursos, atividades e conexões interpessoais existentes alteram as distribuições existentes entre esses recursos, atividades e conexões interpessoais.” (TILLY, 2007, p. 34, tradução nossa). Capacidade estatal, seja ela forte ou fraca, não possui, por conseguinte, relação de exclusão com a democracia, o que faz com que seja verificável, no mundo real, regimes nos quatro quadrantes: os de alta capacidade e democráticos, como a Noruega; os de alta capacidade e antidemocráticos, como o Cazaquistão; os de baixa capacidade e democráticos, como a Jamaica; e os de baixa capacidade e antidemocráticos, como a Somália (TILLY, 2007). Dessa forma, identifica-se que democratização e desdemocratização consistem, em parte, de interações com mudanças na capacidade do Estado, uma vez que dependem das relações entre o regime e os cidadãos, entre Estado e recursos, atividades e conexões interpessoais. É exatamente sobre essas relações que se debruça a próxima seção.

### 2.3 DEMOCRATIZAÇÃO E DESDEMOCRATIZAÇÃO

Compreendida a visão processual que Tilly (2007) desenvolve acerca da democracia, mostra-se necessário compreender por meio de quais processos desencadeiam-se os mecanismos de democratização e desdemocratização. Parte-se da premissa de que os dois conceitos não são excludentes e consistem em mecanismos assimétricos de transformação política, uma vez que, historicamente, movimentos de desdemocratização desenvolvem-se de forma mais célere do que os deslocamentos relacionados à democratização (TILLY, 2007). De forma geral, busca-se compreender quais são os movimentos que promovem o “[...] aumento da influência de cidadãos comuns sobre a política e o crescimento do controle de políticas públicas sobre o desempenho do Estado.” (TILLY, 2007, p. 78, tradução nossa).

A multiplicidade de países ao redor do mundo evidencia uma gama extremamente extensa de eventos que dificultam generalizações com relação aos processos que influenciam uma sociedade e um Estado a democratizar-se ou desdemocratizar-se. Acontecimentos como colonização, guerras civis, ditaduras e revoluções podem ter repercussões distintas sobre a política dos países quando se avaliando as nações de forma agrupada. Entretanto, busca-se demonstrar como alguns “[...] processos necessários promovem democratização, ao passo que a reversão desses processos estimulam a desdemocratização.” (TILLY, 2007, p. 74, tradução nossa). Seguindo tal lógica, constata-se a recorrência de três aspectos que desembocam em processos centrais e que devem ser examinados: redes de confiança, desigualdade categórica e centros de poder autônomos (TILLY, 2007). O argumento que busca-se construir tem como fundamento o pressuposto de que a democratização só é possível quando percebe-se a realização de, pelo menos, um de três processos relacionados aos conceitos que são examinados a seguir: “[...] a integração de redes de confiança na política pública, o insulamento da política pública das desigualdades categóricas e a eliminação ou a neutralização de centros de poder autônomos controladores de meios de coerção [...]” (TILLY, 2007, p. 78, tradução nossa). Como postula-se que a democratização é um processo passível de reversão, avalia-se que a recíproca é verdadeira, no sentido de que a inversão de qualquer um desses três processos promove desdemocratização.

Uma rede de confiança é entendida como fruto de “[...] conexões interpessoais ramificadas, [...] nas quais as pessoas colocam recursos, compartilham interesses e valores e estão dependentes uma das outras.” (TILLY, 2007, p. 74, tradução nossa), ou seja, não possui uma única roupagem, podendo estender-se desde uma gangue até uma união comercial ou um conjunto religioso e revolucionário. A argumentação de Tilly (2007) está embasada na observação de que, quando segregadas dos regimes, as redes de confiança estabelecem-se como obstáculos à democratização, haja vista que sua separação do Estado impede que seus integrantes se comprometam com iniciativas democráticas coletivas. Por outro lado, a integração dessas redes nos regimes motiva seus membros a participar de consultas mutuamente vinculativas e, dessa forma, a se integrar aos programas propostos pelo Estado (TILLY, 2007). Dissocia-se, sob essa ótica, três movimentos que estão ligados à democratização: “[...] a dissolução redes de confiança previamente segregadas; a integração de redes de confiança anteriormente

isoladas; e a criação de redes de confiança politicamente conectadas.” (TILLY, 2007, p. 96, tradução nossa).

A confiança é um fator de extrema relevância na análise democrática de Tilly (2007), uma vez que a democracia exige níveis de confiança mais altos do que outros regimes. Isso porque a transferência deliberada de poder decisório em favor de representantes só pode ocorrer quando baseada em um regime de confiança. A colaboração voluntária com o governo, ou seja, com base no comprometimento e não na coerção, está ancorada na expectativa de que a carga governamental, em que estão inseridos impostos e serviços militares, por exemplo, seja dividida por todos (TILLY, 2007). A própria alternância de poder está profundamente embasada na crença, por parte dos que não estão no poder, de que eles terão sua oportunidade caso eleitos e de que os estão no poder vão honrar com suas atribuições e ceder suas posições.

Com relação à premissa de que a democracia depende de consulta ampla, igual, protegida e mutuamente vinculativa, observa-se que a integração de redes de confiança na política pública afeta, mais diretamente, a consulta mutuamente vinculativa (TILLY, 2007). Isso ocorre, porque, uma vez integradas, as redes de confiança dependem do desempenho do governo para que continuem funcionando. Isso faz com que os cidadãos tenham uma participação mais ativa na agenda pública, mobilizando-se socialmente e envolvendo-se em eleições, por exemplo. Contrariamente, redes de confiança separadas da política pública mostram-se menos preocupadas com a atuação governamental, de forma que seus membros possuem menos incentivos para participar do debate público. No entanto, a integração de redes de confiança na política pública não é, per se, uma condição suficiente para democratização, uma vez que, historicamente, regimes autoritários também realizaram o movimento de integração dessas redes. Por isso, é necessário que se aborde outros conceitos para que possa se delinear uma visão amplamente aplicável.

O segundo conceito a ser examinado é o de desigualdade categórica, que remete aos “[...] limites que separam grupos inteiros de pessoas que diferem coletivamente em suas oportunidades na vida [...]” (TILLY, 2007, p. 75, tradução nossa). Desigualdade é entendida como uma “[...] relação entre duas pessoas ou entre grupos de pessoas em que a interação gera mais vantagens para um do que para outro.” (TILLY, 2007, p. 111, tradução nossa). Consiste, nesse sentido, em

relações assimétricas entre fronteiras socialmente reconhecidas, em que podemos destacar, por exemplo, as relações entre homens e mulheres. Quando as diferenças entre as pessoas são tão grandes que elas se traduzem diretamente em direitos políticos categoricamente díspares, a democratização permanece longe de ser alcançada (TILLY, 2007).

Nota-se, contudo, que a democratização não depende, necessariamente, da diminuição da desigualdade categórica, mas sim do insulamento da política pública das desigualdades categóricas. Os dois movimentos principais que incidem sobre esse insulamento são a equalização das próprias categorias, que diminui em si as desigualdades categóricas, e o amortecimento do efeito dessas diferenças na esfera política (TILLY, 2007). A equalização mostra-se um tema mais palpável, consistindo no nivelamento de ativos e de bem estar entre as diferentes categorias da população; o amortecimento, todavia, configura-se um mecanismo que isola a política das desigualdades categóricas, como é o exemplo das votações secretas.

Por último, o conceito de centros de poder autônomos remete aos grupos e às instituições que “[...] operam fora do controle das políticas públicas e à parte das interações regulares entre cidadão e Estado.” (TILLY, 2007, p. 76, tradução nossa). Esse conceito é relevante no estudo da democratização, porque a configuração de segmentos como congregações religiosas, associações econômicas, comunidades organizadas e forças militares em um regime afetam profundamente as possibilidades de que as políticas públicas desse regime sejam pautadas por consultas amplas, iguais, protegidas e mutuamente vinculativas, como propõe Tilly (2007). Isso ocorre porque tal configuração molda não apenas quais atores políticos recebem preponderância, mas, especialmente, quais segmentos da sociedade estão diretamente disponíveis para participação no desenvolvimento de políticas públicas. Dessa forma, reduzir a importação de centros de poder autônomo, em especial aqueles que dominam meios coercitivos, junta-se ao insulamento de políticas públicas das desigualdades categóricas e à integração de redes de confiança na esfera pública como processos centrais na modificação das interações entre Estado e cidadãos e, portanto, de extrema relevância na análise de movimentos de democratização.

São três os processos relacionados a centros de poder autônomos que promovem democratização: “Ampliação da participação política, [...] equalização do acesso a recursos e a oportunidades políticas que não os estatais [...] e a inibição do

poder autônomo coercitivo que esteja fora do Estado [...]” (TILLY, 2007, p. 139, tradução nossa). Contidos nesses processos, verifica-se a existência de mecanismos que promovem a democratização, dos quais se destaca a cooptação central ou a eliminação de intermediários políticos autônomos. No Brasil, um exemplo desse movimento é a exclusão da influência do coronelismo sobre as decisões políticas da população das regiões sob a tutela do coronel.

Conclui-se que a democratização e a desdemocratização não consistem em conceitos estáticos que apontam em direções opostas. Ambas dependem, todavia, de alguns processos necessários que foram pormenorizados nessa seção. Resumidamente, o padrão adotado para indicar progressos democráticos envolve a “[...] extensão em que o Estado se comporta de acordo com as demandas expressas de seus cidadãos e que a democratização consiste, portanto, em um aumento da conformidade entre o comportamento do Estado e as demandas dos cidadãos.” (TILLY, 2007, p. 140, tradução nossa). Dentro dessa lógica, observa-se que a democratização está embasada em três processos centrais, que se ramificam em mecanismos específicos: integração de redes de confiança na política pública, insulamento da política pública de desigualdades categóricas e supressão de centros autônomos de poder.

Da mesma forma, a desdemocratização está fundamentada na reversão de qualquer um desses três processos: “[...] retirada das redes de confiança da política pública, inscrição de desigualdades categóricas na política pública e formação de centros de poder autônomos que ameaçam o controle popular sobre a política pública.” (TILLY, 2007, p. 162, tradução nossa). Na prática, Tilly (2007) observa que, em países com Estados fortes e relativamente democráticos, como era o caso do Brasil em 2015, quando da abertura do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, a desdemocratização costuma ocorrer com base em quatro processos: disputa interna, conquista externa, deserção do pacto democrático por parte da elite e crise econômica aguda. Para análise do impeachment, mostra-se necessário compreender todos os processos com exceção da conquista externa, uma vez que os três tiveram alguma participação nos acontecimentos, bem como no resultado final. É justamente sobre essas questões que versam os próximos capítulos.

### 3 O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

O capítulo a seguir tem como objetivo contextualizar a discussão sobre democracia realizada nas páginas anteriores. Devido a sua orientação processual de democracia, a questão contextual é central na abordagem de Tilly. Nesse sentido, mescla-se a questão teórica com vivências do mundo real com o intuito de iniciar-se uma análise com maior afinidade com o objeto específico de análise dessa monografia, que é o impeachment de Dilma Rousseff. Primeiramente, explora-se o dispositivo do impeachment de forma independente, ou seja, enquanto acontecimento político generalizado. Busca-se mostrar quais as nuances atribuídas aos processos de impeachment ao redor do mundo democrático, delineando que esse pode ser um processo que aponte tanto para a democratização, quanto para a desdemocratização. Na sequência, de forma mais específica, expõe-se o local do impeachment na Constituição Federal do Brasil para introduzir-se o caso de Dilma. Discorre-se, então, sobre o processo de impeachment de Dilma, que ocorreu entre 2014 e 2016. Através da narrativa dos acontecimentos, objetiva-se investigar como se desenrolou esse processo, pontuando quais os seus maiores fatores de influência, bem como seus mais relevantes impactos.

#### 3.1 O LUGAR DO IMPEACHMENT NOS REGIMES DEMOCRÁTICOS

Antes que se analise o caso de Dilma Rousseff de forma específica, é necessário que se discuta dois pontos: qual o lugar do impeachment em um regime democrático e, mais especificamente, qual o espaço do impeachment na Constituição Federal. Kozicki e Chueiri (2019) argumentam que o impeachment constitui uma “arma nuclear constitucional” que, como tal, possui efeitos grandiosos e potencialmente destruidores sobre o arcabouço democrático-constitucional de um país. Para elas, o impeachment indica uma fragilidade da estrutura governamental mesmo quando ele se justifica em termos legais, materiais, processuais e constitucionais. Resumidamente, “[...] consiste em uma saída para um gravíssimo erro político-administrativo cometido.” (KOZICKI E CHUEIRI, 2019, p. 161), em que não há alternativa senão extirpar de poder um governante legitimamente eleito.

Em adição ao conceito de arma nuclear constitucional, é crucial que se realize a discussão sobre Constituição, uma vez que essa que dita a forma e a matéria

democrática. A questão constitucional, por sua vez, só pode ser compreendida à luz do entendimento da comunidade política, ou seja, deve inevitavelmente considerar os princípios, bem como as definições de bem e de felicidade, que identificam as sociedades no tempo e no espaço e unem os grupos enquanto comunidades (KOZICKI; CHUEIRI, 2019). Essa análise não pode ser realizada sem considerar-se a questão temporal que está associada ao texto constitucional, haja vista que esse se mostra um eterno “work in progress [que] une presente e passado e nos projeta para o futuro.” (KOZICKI; CHUEIRI, 2019, p. 167).

A questão da temporalidade torna-se especialmente relevante quando analisada sob a perspectiva da contemporaneidade, uma vez que a “[...] série de efeitos mediatos de acontecimentos sociais é bem mais densa em sociedades cada vez mais complexas.” (SANTOS, 2017). Une-se a isso o fato de que as democracias representativas só se tornaram hegemônicas no período posterior à II Guerra Mundial e chega-se a uma realidade extremamente recente de desenvolvimento democrático, onde estão contidas suas rupturas. Como indica Santos (2017), a tomada de poder pode ocorrer em qualquer regime: nas monarquias, nas oligarquias, nas ditaduras civis e nas militares. Todavia, os golpes parlamentares constituem um movimento exclusivo dos países onde vigora a democracia representativa. Esse tipo de assalto ao poder típico dos regimes modernos tem como característica principal a tentativa de manutenção da legalidade, uma vez que não retira das instituições suas prerrogativas funcionais (SANTOS, 2017). Diferentemente dos golpes militares, que buscam a consolidação de seu poder através de um momento de ruptura, os golpes parlamentares buscam manter intocados os ritos costumeiros, “[...] emprestando verniz de legitimidade à ocupação fraudulenta do poder.” (SANTOS, 2017).

O golpe parlamentar, nesse contexto, diferencia-se de outras formas de violência institucional porque ocorre por meio da “[...] substituição fraudulenta de governantes orquestrada e executada por lideranças parlamentares.” (SANTOS, 2017). Sua distinção em relação a outros tipos de golpe reside justamente no fato de que a tomada do poder ocorre de forma endógena por atores já envolvidos diretamente na máquina estatal. Isso não significa dizer que não há pessoas externas aos parlamentos envolvidas nas negociações relativas ao movimento de impeachment, mas esclarece que “todo o processo ocorre dentro do Congresso,

conduzido por políticos com mandatos de representação, obedecendo formalmente à letra das leis vigentes no país.” (SANTOS, 2017).

Fundamentalmente, a questão do impeachment está relacionada com o princípio das garantias mútuas, que assegura a aceitação de derrota por parte dos que não saíram vitoriosos nas urnas e, portanto, garante estabilidade democrática (SANTOS, 2017). Nos golpes parlamentares, fere-se esse princípio, haja vista que os derrotados buscam retirar do poder os vencedores do processo eleitoral. Uma nuance que diferencia esse movimento de ruptura contemporâneo de seus predecessores históricos, além de seus personagens, é seu embasamento: “É com a acusação de que os vencedores eleitorais violentaram as regras do exercício do poder que os conspiradores justificam a quebra das regras da competição.” (SANTOS, 2017). É justamente essa sutil configuração que pode caracterizar o aspecto golpista de um processo de impeachment, uma vez que os interessados fazem “[...] valer-se dos mecanismos de operação normal das instituições em favor de objetivos ilegítimos.” (SANTOS, 2017).

No Brasil, apenas no período da redemocratização, que compreende pouco mais de trinta anos, o impeachment enquanto dispositivo constitucional já entrou em ação em dois momentos diferentes e sob contextos essencialmente distintos. Antes de ser acionado com Dilma Rousseff, o processo de impeachment foi levado a cabo com Fernando Collor em 1992. Entretanto, diferentemente de Dilma, Collor acabou renunciando ao cargo de Presidente para evitar o impeachment (TATAGIBA, 2014). É necessário, portanto, que se esclareça alguns pontos relativos à forma do impeachment. A Constituição Federal determina o impeachment como um “[...] processo de natureza jurídico-política para o fim de examinar a imputação e definir a ocorrência ou não de crime de responsabilidade por parte da presidência da República[...].” (KOZICKI; CHUEIRI, 2019, p. 158). De acordo com o Art. 4º da Lei nº 1.079, de 10 de Abril de 1950, a Lei do Impeachment:

São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra: I - A existência da União; II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados; III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - A segurança interna do país; V - A probidade na administração; VI - A lei orçamentária; VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos; VIII - O cumprimento das decisões judiciárias. (BRASIL, 1988)

O juízo no processo de impeachment, por sua vez, é de responsabilidade do Poder Legislativo, não havendo intervenção do Poder Judiciário, o que faz com que o julgamento seja, invariavelmente, uma disputa política (KOZICKI; CHUEIRI, 2019). O STF fica restrito, nesse sentido, a uma atuação judicial, não adentrando o mérito da deliberação do Congresso. O Poder Judiciário fica responsável, portanto, pela lisura da questão procedimental, devendo proporcionar a “[...] garantia do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, isto é, de um processo justo.” (KOZICKI; CHUEIRI, 2019, p. 164).

Por fim, é necessário que se vislumbre o que resta no Brasil após a utilização de uma arma nuclear constitucional sobre a sociedade. Kozicki e Chueiri (2019) argumentam que a realidade política brasileira experienciou 28 anos de constitucionalismo democrático que se somam ao período posterior à saída de Dilma Rousseff, classificado como de excepcionalidades. Para as autoras, a “[...] crise política já não se contém mais nos limites da política e assume a forma de crise constitucional.” (KOZICKI; CHUEIRI, 2019, p. 172). Classifica-se esse estágio do desenvolvimento constitucional a partir de sua instabilidade, em que pesem os constrangimentos e coações que a Constituição Federal tem sofrido nesse período. Mais do que um momento de crise constitucional, a conjuntura no Brasil aponta para o aprofundamento de uma crise desconstituente, em que os princípios fundamentais da CF, com destaque para o quadro de direitos fundamentais - seu núcleo - são cerceados dia após dia (KOZICKI; CHUEIRI, 2019).

De forma geral, a linha argumentativa de Kozicki e Chueiri pode ser entendida como mais radical do que a interpretação de Tilly. Para ambas lógicas, há uma grande importância atribuída à questão institucional, mas outras nuances diferenciam a análise. Fundamentalmente, para as primeiras, o impeachment é classificado a partir de sua capacidade destrutiva, uma vez feita a analogia pelas autorias entre o dispositivo e armas nucleares. Ou seja, consiste essencialmente em um mecanismo desdemocratizante. Contudo, em sua abordagem processual, Tilly demonstra como a democracia deve ser vista de forma dinâmica, haja vista que a relação entre o governo e os cidadãos pode deslocar-se tanto no sentido da democratização, quanto da desdemocratização. Concluindo, pode-se dizer que o impeachment, para Tilly, pode ser analisado a partir de uma camada extra, uma vez que não necessariamente consiste em um dispositivo desfavorável à democracia. É

sobre essas nuances que se debruça o subcapítulo seguinte, bem como o próximo capítulo.

### 3.2 O CONTEXTO DO IMPEACHMENT

Uma vez abordadas as nuances associadas ao processo de impeachment nos regimes democráticos, bem como o lugar desse dispositivo na Constituição Federal do Brasil, torna-se possível discorrer, panoramicamente, sobre o movimento que culminou com a deposição de Dilma Rousseff. Primeiramente, deve-se retroceder no tempo para entender a trajetória que levou o Partido dos Trabalhadores a quatro vitórias eleitorais consecutivas após a virada do século. Svartman e Silva (2016) mostram que, com a redemocratização, o PT progressivamente estabeleceu-se como um partido de relevância política, conquistando prefeituras, governos estaduais e bancadas legislativas pelo país. O eleitorado do partido, nesse contexto, era composto majoritariamente por trabalhadores oriundos dos movimentos sindicais e por segmentos de classe média de maior instrução (SVARTMAN; SILVA, 2016). Contudo, por mais que o PT tenha conseguido estabelecer alianças com outros partidos ideologicamente próximos, sua organização não foi suficiente para consagrar uma chapa campeã na disputa pela Presidência. As derrotas levaram o partido a dar uma guinada em sua estratégia, que passou a basear-se na construção de pontes com partidos conservadores e com forças costumeiramente contrárias às bandeiras levantadas pelo PT, tal qual o grande capital (SVARTMAN; SILVA, 2016).

A materialização desse novo arranjo almejado pelo Partido dos Trabalhadores se deu com a chapa que o partido lançou em 2002, que congregava a figura de metalúrgico e de sindicalista de Lula com a roupagem industrialista de José de Alencar. A partir da defesa de um discurso mais brando em relação às eleições anteriores, fundamentado no “[...] compromisso de recuperar a ação indutora do Estado sobre a economia e de promover políticas de inclusão social sem romper com a política financeira monetarista, o PT venceu as eleições de 2002.” (SVARTMAN; SILVA, 2016, p. 5). Entretanto, a governabilidade ainda não estava garantida, uma vez que o governo não possuía maioria no Congresso. Os artifícios e as moedas do jogo presidencialista começaram a ser transacionados na forma de cargos e de favores, consolidando a coalizão governista. Formava-se, portanto, o

tripé de sustentação da chapa petista, que congregava segmentos conservadores tradicionais com políticas de recuperação da atividade estatal e inclusão social, sendo esses dois aspectos balizados pelo fornecimento de recursos ilegais para financiamento de aliados (SVARTMAN; SILVA, 2016).

As investigações relativas à provisão ilegal de recursos ocasionaram certa perda de credibilidade do governo junto a algumas camadas sociais, mas o carisma de Lula e o bom desempenho econômico somaram-se aos primeiros resultados das políticas de inclusão social, o que permitiu que o PT saísse vitorioso da corrida presidencial uma segunda vez (SVARTMAN; SILVA, 2016). Nesse segundo momento, altera-se a dinâmica de sustentação do partido. A opinião pública volta-se para a “[...] resposta do governo à crise global de 2008, com políticas anticíclicas de estímulo ao consumo doméstico, obras de infraestrutura e a continuidade de programas sociais bem sucedidos como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida [...]” (SVARTMAN; SILVA, 2016, p. 5). O bom desempenho dessas medidas, em compensação às questões relativas à corrupção, permitiu que o PT modificasse sua base de apoio. Verifica-se uma contração do suporte dos eleitores da classe média e dos trabalhadores sindicalizados, ao passo que, concomitantemente, expande-se o voto nas regiões mais pobres e atrasadas do país (SVARTMAN; SILVA, 2016). Esse novo contexto leva Dilma Rousseff à presidência em uma coalizão que congregava 10 partidos políticos e dava a vice-presidência ao PMDB, que indicou Michel Temer para o cargo.

O governo teve dificuldades em se estabelecer, uma vez que o nome de Dilma não possuía grande respaldo na arena política, nem mesmo dentro da base aliada (SVARTMAN; SILVA, 2016). Foram dois os momentos que marcaram os grandes baques sofridos pelo governo de Dilma no primeiro mandato: o primeiro remete às manifestações de 2013 e o segundo à Operação Lava Jato<sup>2</sup>. Começamos pelas manifestações, que consistiram em “[...] um processo espontâneo, policêntrico e com agendas variadas [...]” (SVARTMAN; SILVA, 2016, p. 6) que ressignificou as ruas enquanto local legítimo da luta política (TATAGIBA, 2018). Todavia, essa multiplicidade de demandas - que se estendiam desde as tarifas de transporte público urbano até as obras da Copa do Mundo - acabou sendo sobreposta por uma

---

<sup>2</sup> Operação da Polícia Federal que tinha como objetivo inicial apurar crimes de lavagem de dinheiro no Paraná. Depois, com a autorização da Procuradoria Geral da República e a chancela do STF, passou a investigar 54 políticos envolvidos em potenciais casos de corrupção associados à Petrobrás. (SVARTMAN; SILVA, 2016).

generalizada consternação em relação à corrupção, que sobrepujou as outras reivindicações e fez com que o governo como um todo e, mais especificamente, a própria presidente, saísse como a grande culpada. Desenvolveu-se, nesse sentido, “[...] um clima geral de insatisfação em relação às instituições da democracia representativa e descrença nas organizações políticas tradicionais [...]” (TATAGIBA, 2018, p. 114). Segmentos da direita incentivaram a criação desses sentimentos, uma vez que conseguiram realizar um diagnóstico bastante claro sobre os motivos que originaram as manifestações. Com base nisso, esses grupos renovaram “[...] seu repertório de ação, até então restrito à lógica eleitoral e ao lobby, para incluir o confronto político.” (TATAGIBA, 2018, p. 114). Tocante à convocação dessas manifestações, destaca-se as organizações Vem pra Rua, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados on Line, que consistem nos grupos responsáveis pela organização dos eventos a nível local e sua coordenação a nível nacional (TATAGIBA, 2018).

Essa reciclagem em termos operacionais realizada pelos grupos de direita auxilia na compreensão do escopo alcançado pelos protestos no Brasil entre 2011 e 2016, que teve seu ápice em Março de 2016, quando três milhões de brasileiros foram às ruas para exigir o impeachment de Dilma Rousseff e a prisão de Lula (TATAGIBA, 2018). Analisando-se em retrospectiva, constata-se que a campanha pelo impeachment conseguiu produzir grandes manifestações a nível nacional e que essas apresentaram alta capilaridade geográfica, sendo verificadas em todos os estados brasileiros e em cidades com tamanho populacional diverso (TATAGIBA, 2018). As redes sociais tiveram um importante papel sobre esse cenário, haja vista que foram empregadas muito eficientemente como meios de comunicação no sentido de mobilização, repercussão e recrutamento em um movimento de dicotomia extrema em que buscava-se criar uma cruzada moral que colocasse em cheque o bem e o mal (TATAGIBA, 2018). Isso ocorreu, pois, dentre as diferentes motivações das manifestações, um sentimento aflorou acima dos demais como um fenômeno sociopolítico e, portanto, deve ser analisado como tal: o antipetismo. Mais do que uma identidade partidária negativa, que o aproximaria do antipartidarismo, o antipetismo é caracterizado por uma verdadeira expressão de ódio ao partido, sendo responsável por inflamar ainda mais os movimentos e os participantes das manifestações (TATAGIBA, 2018). De forma geral, “[...] os protestos foram resultado da laboriosa construção de um processo de identificação que teve no antipetismo

seu elemento catalizador.” (TATAGIBA, 2018, p. 131). Por fim, com relação ao repertório empregado, observa-se a predominância da ocupação do espaço público, sendo os exemplos mais latentes as manifestações e as carreatas, configurando um momento de grande expressão e simbolismo contra a administração de Dilma. A única inovação em termos de repertório por parte desses movimentos foi a introdução dos painéis, que viraram ação política recorrente nas capitais brasileiras (TATAGIBA, 2018).

A partir dessa análise panorâmica, tornam-se claros os alinhamentos entre a política eleitoral e os processos de mobilização, uma vez que o confronto político permitiu a emergência de novos grupos políticos alinhados à direita a partir da mobilização eleitoral (TATAGIBA, 2018). Tatagiba (2018) argumenta que houve uma sincronização entre as arenas institucionais e as arenas extra institucionais na campanha pelo impeachment. Em uma relação simbiótica, o êxito das mobilizações nas ruas permitiu e, inclusive, respaldou as iniciativas institucionais que tinham como objetivo o impedimento de Dilma (TATAGIBA, 2018).

O segundo momento que fragilizou o governo Dilma Rousseff tange à Operação Lava Jato, deflagrada em 2014, que associou nomes de partidos da base governista a novos casos de corrupção, ocasionando nova perda de credibilidade por parte do governo. Verifica-se, ainda, um desgaste da imagem de Dilma de forma particular, por mais que essa estivesse firmemente apoiando as investigações, inclusive através da aplicação de medidas que tornavam a administração federal mais responsiva e transparente através do fortalecimento da Polícia Federal, emitindo novos dispositivos legais que versavam sobre medidas anticorrupção, como lavagem de dinheiro e delação premiada (SVARTMAN; SILVA, 2016). Por mais que o governo tivesse viabilizado as investigações, ele não conseguia se desassociar da imagem da corrupção (SVARTMAN; SILVA, 2016). A oposição conseguiu dar um enquadramento simbólico à situação, criando uma associação direta entre o Partidos dos Trabalhadores e o conceito de corrupção, que, por sua vez, emergia como o problema basal da realidade brasileira em pesquisas de opinião, prevalecendo pela primeira vez sobre temas como saúde, emprego e educação (TATAGIBA, 2018).

Nesse contexto, verifica-se uma atuação decisiva por parte das autoridades judiciais brasileiras, com destaque para a Polícia Federal, o Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal. Tocante a esse ponto, o episódio que mais recebeu

repercussão foi a quebra de sigilo por parte do Juiz Sérgio Moro e a divulgação do áudio de uma conversa entre Dilma Rousseff e Lula. A cronologia dos eventos ao longo de 2014, 2015 e 2016 mostra uma clara confluência entre as ações políticas relacionadas ao processo de impeachment - tais quais as prisões de aliados e a reprovação das contas do governo - e as manifestações pelo impeachment nas ruas. O maior evento nessa campanha pela impeachment, por exemplo, ocorreu logo após a prisão de Lula, em Março de 2016, demonstrando um claro estímulo da prisão para o sucesso da extensão do protesto.

Além desses episódios mais circunstanciais, a administração Dilma ainda teve que lidar com pontos estruturais, em que pese o arrefecimento da atividade econômica, decorrente da lassidão das políticas anticíclicas implementadas desde 2008 (SVARTMAN; SILVA, 2016). Configurava-se um cenário de crise econômica em que “[...] setores do empresariado que antes apoiavam os governos petistas engrossaram as vozes da oposição, criticando o que definiam como desindustrialização do país e a elevação excessiva do salário dos trabalhadores.” (SVARTMAN E SILVA, 2016, p. 6). Foi nesse contexto, em 2014, que o PT conseguiu sair mais uma vez vitorioso das urnas em uma disputada corrida entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, o candidato do PSDB.

O segundo mandato de Dilma se iniciou estremecido pela difícil situação fiscal do país, resultado do alargamento da crise econômica que se sedimentava. Isso fez com que a administração adotasse medidas austeras, que, por sua vez, levaram ao insulamento do governo em relação a sua base aliada a partir das divergências no tocante à política econômica empregada (SVARTMAN; SILVA, 2016). Esses movimentos culminaram com o rompimento do então Vice-Presidente Michel Temer, que passou a atuar em prol do impeachment, sacramentando a guinada dada pelo PMDB contra o governo, que já havia sido iniciada por Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados (TATAGIBA, 2018). Com os indicadores econômicos apresentando resultados ruins e a popularidade do governo em queda, a oposição encontrou espaço para novas investidas (TATAGIBA, 2018). O PMDB começou, dessa forma, a delinear novas alianças com o fim de sedimentar-se uma vez mais como um partido central no jogo político nacional (SVARTMAN; SILVA, 2016). Todavia, o projeto de governo trazido à realidade pelo PMDB em nada se assemelhava ao plano de governo da chapa eleita popularmente. O plano “Uma Ponte Para o Futuro”, como foi denominado, indicava uma guinada de perspectiva e

apontava para “[...] privatizações, flexibilização da legislação trabalhista, revisão do regime de exploração do petróleo, revisão das políticas sociais e estabelecimento de acordos de livre-comércio.” (SVARTMAN E SILVA, 2016, p. 7).

A abertura do processo de impeachment foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 17 de Abril de 2016, com 367 votos favoráveis, 137 contrários, 7 abstenções e duas ausências (TATAGIBA, 2018). Em seguida, no dia 12 de Maio de 2016, o pedido de impedimento foi acolhido pelo Senado Federal, que aprovou, com 55 votos favoráveis e 22 contrários, o afastamento temporário de Rousseff por 180 dias (TATAGIBA, 2018). Com essa ausência, assumiu a presidência o Vice Presidente Michel Temer, que, ironicamente, havia sido tornado inelegível por oito anos pelo Tribunal Eleitoral Regional de São Paulo no dia 3 de Maio de 2016, condenado por doação irregular de campanha (TATAGIBA, 2018). Finalmente, em 31 de Agosto de 2016, o Senado aprovou o impeachment com 61 votos a favor e 20 contra, levando Dilma Rousseff a perder “[...] o seu mandato sob a acusação de haver cometido crime de responsabilidade fiscal.” (TATAGIBA, 2018, p. 131) e Michel Temer a assumir definitivamente a presidência.

Rebello, Damin e Giora (2019) examinam as ramificações que desembocaram no processo de impeachment propriamente dito. Eles mostram como, desde a redemocratização, o Brasil possui altas taxas de governismo, ou seja, a aderência dos deputados à orientação do líder do governo é alta nos partidos de coalizão. Essa formação faz com que seja difícil que o governo seja derrotado pela oposição em votações nominais no Congresso, o que adiciona mais uma camada à complexa compreensão do desenrolar do impeachment (REBELLO; DAMIN; GIORA, 2019). Utilizando dados do Basômetro<sup>3</sup>, os autores atestam que Dilma teve uma taxa de governismo historicamente baixa. Já em seu primeiro mandato, ela se mostrou abaixo da média dos governos petistas anteriores e essa taxa ainda apresentou queda em seu segundo mandato. As votações na Câmara dos Deputados, nesse sentido, mostram-se importantes termômetros da relação entre o Legislativo e o Executivo: os dados comparativos das votações entre 2015 e 2016 apontam para

---

<sup>3</sup> Ferramenta interativa que permite medir o apoio dos parlamentares ao governo e acompanhar como eles se posicionaram nas votações legislativas. (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. **Basômetro**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, 2017. Disponível em: <https://dados.gov.br/aplicativo/basometro#:~:text=Ferramenta%20interativa%20que%20permite%20medir,com%20a%20cor%20do%20partido>. Acesso em: 27 out. 2020.).

uma substantiva perda de apoio nominal do governo na Câmara (REBELLO; DAMIN; GIORA, 2019).

Através de um trabalho estatístico de regressão logística, Rebello, Damin e Giora (2019) buscam tecer relações que buscam levantar variáveis que justifiquem o voto dos Deputados Federais em relação ao impeachment. Na prática, busca-se “[...] quais fatores contribuíram para que o quórum de dois terços tenha sido alcançado.” (REBELLO; DAMIN; GIORA, 2019, p. 457). Os autores listaram sete variáveis que eles julgavam possuir certo grau de predição sobre o sentido do voto dos deputados e as dividiram em três segmentos: eleitorais, político-partidárias e geográficas. No primeiro bloco - das variáveis eleitorais - destacam-se duas: governador aliado e partido coligado. Por governador aliado, entende-se a posição do governador de determinado estado em relação ao processo. Esse ponto é relevante, pois alguns governadores estaduais demonstraram um comportamento militante a favor de Dilma Rousseff. Busca-se compreender se esses governadores “[...] exerceram influência sobre as bancadas federais de seus estados, no sentido de barrar o impedimento da presidente, incidindo sobre o resultado da votação.” (REBELLO; DAMIN; GIORA, 2019, p. 458). A variável de partido coligado, por sua vez, remete aos partidos políticos com presentes na Câmara dos Deputados e que integravam ou não a coligação de Dilma Rousseff nas urnas em 2014 (REBELLO; DAMIN; GIORA, 2019).

No segundo bloco, estão as variáveis político-partidárias, que estão divididas em três: posição ideológica, orientação do líder e bancada evangélica (REBELLO, DAMIN E GIORA, 2019). A primeira diz respeito ao posicionamento ideológico da legenda do partido, o que divide os partidos entre os alinhados à esquerda, ao centro e à direita. A orientação do líder remete à disciplina interna dos partidos, ou seja, avalia se os votos parlamentares estão de acordo com a posição do líder partidário na Câmara. Por fim, a bancada evangélica é classificada como uma variável por ser um dos grupos de maior influência dentro da Câmara, tendo um perfil de candidato nitidamente conservador (REBELLO; DAMIN; GIORA, 2019). No terceiro bloco, encontram-se as variáveis geográficas, que dividem a Câmara entre os parlamentares do Sudeste e os parlamentares do Nordeste. Para Rebello, Damin e Giora (2019), a região Sudeste configura-se como uma área de certa oposição aos governos petistas, especialmente se considerada a preponderância do PSDB nas eleições estaduais em Minas Gerais e em São Paulo nas últimas décadas. A região

Nordeste, por sua vez, caracteriza-se como a maior aderente aos governos petistas dentre as regiões brasileiras, tendo historicamente votado mais no PT do que em outros partidos para o cargo de Presidente (REBELLO; DAMIN; GIORA, 2019).

Considerando todas as sete variáveis elencadas no modelo, Rebello, Damin e Giora (2019) demonstram que o aspecto que teve maior importância estatística dentro do estudo para o apoio do impeachment foi a orientação do líder do partido a favor do processo. Observa-se que 90% dos deputados seguiram a indicação quando seu líder indicou o voto favorável ao impeachment. Opostamente, quando a indicação da liderança foi o voto contrário ao impeachment, apenas 76% dos deputados seguiram a recomendação (REBELLO; DAMIN; GIORA, 2019). “Em alguns casos, como PT, PC do B, PSDB e DEM, houve total disciplina.” (REBELLO; DAMIN; GIORA, 2019, p. 466). Em seguida, vieram a orientação ideológica do parlamentar - que não poderia compor a esquerda ideológica - e o seu pertencimento à bancada evangélica, sendo ambas variáveis impulsionadoras de um voto favorável ao impeachment. Avaliando-se as influências decisórias sobre os votos desfavoráveis ao impeachment, Rebello, Damin e Giora (2019) observaram a importância do pertencimento à região Nordeste e a presença de um Governador de Estado aliado ao PT como os mais relevantes indicativos no sentido da redução da probabilidade de um voto a favor do impeachment por parte dos deputados. Por fim, retoma-se a questão ideológica: de acordo com o estudo, o pertencimento a um partido alinhado à esquerda não mostrou-se um aspecto definidor na análise, ao passo que a vinculação a um partido alinhado à direita “[...] foi uma variável explicativa chave para compreender o processo de impedimento.” (REBELLO; DAMIN; GIORA, 2019, p. 466). Observa-se, nesse ponto, que a dificuldade de diálogo entre Dilma e os partidos de oposição configurou como um aspecto central na definição dos votos sobre a abertura do impeachment (REBELLO; DAMIN; GIORA, 2019).

Svartman e Silva (2016) dividem seu diagnóstico sobre a situação no Brasil em 2016 e jogam luz sobre possibilidades vislumbradas a partir da saída de Dilma em três planos. No plano interno, os autores verificam dois movimentos: uma reação conservadora às políticas progressistas levadas a cabo durante os governos petistas e uma tentativa de obstrução das investigações relacionadas à corrupção. No plano regional, constata-se um novo panorama político em função das eleições que perpassaram a América do Sul e consagraram novas lideranças, o que pode

impactar nas relações entre os países e no processo de integração da região (SVARTMAN; SILVA, 2016). Para os autores, a deposição de Dilma acarretaria relevantes impactos regionais em função da afinidade ideológica compartilhada pelas administrações do PT com outros governos do continente, barrando maiores aproximações. Por fim, no plano global, Svartman e Silva (2016) apontam para um desengajamento brasileiro a partir da ruptura governamental. Essa falta de engajamento, por sua vez, refletiria na perda de autonomia por parte da diplomacia brasileira, o que, inevitavelmente, faria com que o Brasil perdesse espaço de colaboração na construção da ordem internacional (SVARTMAN; SILVA, 2016).

Esse último ponto, que diz respeito à política externa, pode ser analisado em mais profundidade. Segundo Svartman e Silva (2016), a partir do governo FHC e com especial ênfase no governo Lula, o Brasil buscou aumentar sua autonomia no cenário mundial através do estímulo das relações com outros países em desenvolvimento no sentido de projetar-se como uma potência regional e de diminuir sua dependência em relação às potências mais desenvolvidas. No governo Dilma, contudo, esse modelo passou a mostrar sinais de desgaste, muito em função de questões estruturais e conjunturais que passaram a ser verificadas, dentre as quais destaca-se a crise interna, em termos econômicos e políticos, a extenuação do ativismo diplomático empregado por Lula, as dificuldades nas negociações multilaterais na OMC e na ONU, os impactos da primavera árabe, que modificou as relações com o Oriente Médio e o Norte da África, e a variação contextual que sofreu a América do Sul a partir da conquista de importância relativa por outras regiões globais, como a Ásia (SVARTMAN; SILVA, 2016). Ainda em 2016, já alertava-se para a possibilidade de redução de parcerias estratégicas e de retração de grupos de coalizão de geometria variável que haviam sido estabelecidos nos anos anteriores em decorrência do prosseguimento do processo de impeachment, tido internacionalmente como ilegítimo (SVARTMAN; SILVA, 2016).

Um segundo aspecto levantado por Svartman e Silva (2016) que merece ênfase remete à repercussão internacional ocasionada pelo processo de impeachment. Com relação à mídia internacional, os autores recordam que a repercussão do processo nos jornais de maior circulação a nível global - New York Times, BBC, The Guardian - foi majoritariamente negativa, haja vista que julgaram esse “[...] processo de impeachment no Brasil frágil juridicamente e contraditório.” (SVARTMAN; SILVA, 2016, p. 8). Paralelamente, os governos dos países da

América Latina também posicionaram-se em relação ao processo deflagrado contra Dilma Rousseff. Os governantes mais alinhados à esquerda - Nicolas Maduro da Venezuela, Rafael Correa do Equador e Evo Morales da Bolívia - denunciaram o processo como um golpe, ao passo que outros presidentes menos alinhados ideologicamente ao PT, como Mauricio Macri da Argentina, evitaram críticas diretas ao processo, buscando uma posição moderada (SVARTMAN; SILVA, 2016). Por fim, destacam-se os posicionamentos de organizações internacionais, dentre os quais realçamos as visões de Luis Almagro, então secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, e de Ernesto Samper, então secretário-geral da União de Nações Sul-Americanas, que compartilhavam a visão de que o impeachment constituía um ato ilegal (SVARTMAN; SILVA, 2016).

Todos os acontecimentos narrados ao longo dos últimos parágrafos tiveram importantes desdobramentos sobre a sociedade brasileira. Buscou-se delinear a trajetória da ascensão do PT à presidência, mostrando diferentes nuances associadas aos governos de Lula e, mais especificamente, de Dilma, que desembocaram no cenário que levou ao impeachment. Uma vez conhecidos os principais personagens e os fluxos que levaram ao impeachment, torna-se possível que se analise a repercussão desse extenso episódio, bem como suas ramificações. O próximo capítulo, assim, volta-se para a avaliação das ressonâncias do impeachment em formato de estudo de caso através da exploração do tema no jornal norte-americano The New York Times.

## 4 A VISÃO DO THE NEW YORK TIMES

Este capítulo busca congrega as questões teóricas e contextuais - abordadas nas páginas anteriores - com os objetivos analíticos dessa pesquisa. Através da análise de vinte e três reportagens do jornal americano The New York Times de 2016 sobre o tema do impeachment de Dilma Rousseff, retomou-se o problema de pesquisa dessa monografia e buscou-se compreender quais as nuances atribuídas pelo jornal ao processo que ocorreu no Brasil e que culminou com a deposição de Dilma. Resgata-se, portanto, a abordagem processual de Tilly, que é utilizada como base de comparação para a verificação de possíveis avanços ou retrocessos em termos de democracia no Brasil a partir da narrativa verificada nas reportagens elencadas. No primeiro subcapítulo, esclarece-se a metodologia empregada, fundamentada na análise de conteúdo categorial temática tal qual desenvolvida por Laurence Bardin (2011). No subcapítulo seguinte, adentra-se as reportagens do jornal em profundidade e tenta-se verificar quais os processos que prevaleceram ao longo de 2016. Com isso, visa-se delinear o sentido desses deslocamentos dentro do espectro democrático, ou seja, compreender se esses movimentos promoveram ou frustraram a incipiente democracia brasileira.

### 4.1 TRATAMENTO METODOLÓGICO: A ANÁLISE DE CONTEÚDO CATEGORIAL TEMÁTICA

Historicamente, a análise de conteúdo se desenvolveu como uma decorrência do Positivismo, que tentou transportar metodologias das Ciências Exatas para a análise de temas sociais (BARDIN, 2011). A partir dessa, buscava-se postular acerca da vida humana com base em formulações rígidas, lineares e metódicas, que marcam essa herança positivista. Contudo, com o tempo, a análise de conteúdo ganhou espaço como uma ferramenta de investigação social que tinha como grande diferencial proporcionar organização a informações não apenas complexas, mas também possivelmente desconexas (BARDIN, 2011). Nesse momento, que se inicia na segunda metade do século XX, o método começa a receber contribuições de diferentes áreas, logrando evoluir doravante os progressos nos campos da Linguística, da Comunicação e, posteriormente, da Informática. Com isso, a análise

de conteúdo deixou de ser apenas descritiva e ganhou roupagem intimamente analítica, ramificando-se em diferentes vertentes de análise (BARDIN, 2011).

A escolha pela análise de conteúdo para a exploração realizada por essa monografia se deu a partir da abordagem multidisciplinar tal qual proposta por Bardin para a metodologia. Além de receber aportes e influências de áreas externas às Ciências Sociais, como comentado acima, a análise de conteúdo também conseguiu mesclar análises quantitativas às qualitativas, que eram predominantes nas pesquisas sociais, especialmente ao longo da primeira metade do século XX (BARDIN, 2011). A lógica qualitativa, nesse sentido, tem seu foco na presença ou na ausência de certos elementos e busca a elaboração de deduções específicas a partir de inferências precisas, sendo muito utilizada em pesquisas com corpus documental reduzido. A modelagem quantitativa, por sua vez, está fundamentada na frequência de verificação de determinados pontos. A possibilidade de conjugação de certos aspectos das duas abordagens supracitadas configura-se, justamente, como um ponto central na escolha pela análise de conteúdo para a análise aqui proposta.

Bardin (2011) explora quatro dimensões de análise que compõem a análise de conteúdo e que merecem destaque por contribuírem de forma direta e indireta para o estudo dessa monografia: de discurso, de avaliação, de relações e de enunciação. A análise de discurso, primeiramente, consiste no método mais quantitativo proposto pela autora. Essa vertente parte do pressuposto de que os discursos são determinados por suas condições de produção, sendo o objetivo do pesquisador destrinchar a estrutura do texto a partir de sua superfície (BARDIN, 2011). Dessa forma, busca-se, através da análise semântica e sintática do discurso, postular acerca do arcabouço organizacional e do processo de produção desse discurso. A análise de avaliação remete aos estudos de Psicologia Social e busca caracterizar atitudes a partir de sua intensidade e direção, voltando-se, primariamente, para a definição e medição de opiniões e atitudes segundo pares bipolares que dividem as respostas em opções como favorável e desfavorável, positivo e negativo, amigável e hostil, por exemplo (BARDIN, 2011). A análise de relações, por sua vez, configura-se como técnica voltada “[...] não mais para a simples frequência da aparição dos elementos do texto, mas para as relações que os elementos do texto mantêm entre si.” (BARDIN, 2011, p. 197). Por fim, a análise de enunciação toma a produção de uma palavra como um processo, ou seja, considera que quando um discurso é produzido, existe um trabalho de atribuição de

sentido. Dentro dessa última categoria, encontra-se a análise de conteúdo categorial temática, que está embasada em uma abordagem transversal de conteúdo a partir de categorias, sendo a metodologia específica escolhida para fundamentar a análise proposta das reportagens do The New York Times.

Adentrando as questões práticas propostas pela análise de conteúdo categorial temática, verifica-se sua organização a partir de três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (BARDIN, 2011). A pré-análise tem como fundamento a escolha dos documentos que serão submetidos à análise e a elaboração dos indicadores que comporão a base de classificação do material coletado. Realiza-se, primeiramente, o que Bardin (2011) denomina de leitura flutuante, que consiste no estabelecimento de um primeiro contato com os documentos disponíveis, que devem ser escolhidos quando muito numerosos. Essa escolha está embasada em três regras: a regra da representatividade, que justifica uma análise a partir de uma amostragem, desde que a amostra seja uma parte representativa do universo avaliado; a regra de homogeneidade, que estabelece a obediência dos documentos aos critérios de escolha do pesquisador, garantindo sua singularidade dentro dos parâmetros estabelecidos; e, por fim, a regra da pertinência, que indica a necessidade de adequação dos documentos aos objetivos propostos pela investigação (BARDIN, 2011). Uma vez realizada essa seleção, parte-se para a elaboração dos indicadores e a referenciação dos índices, ou seja, delineiam-se as categorias que se manifestam nos textos que compõem a análise e estabelece-se quais os critérios que caracterizam cada uma das categorias criadas.

O processo de categorização consiste no elemento central da análise de conteúdo categorial temática, sendo uma “[...] operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos.” (BARDIN, 2011, p. 117). Dessa forma, as categorias são compreendidas enquanto classes que agrupam os elementos analisados em função das características compartilhadas dos materiais (BARDIN, 2011). Assim, é composta por dois passos: primeiramente, cria-se um inventário que isola os elementos para, na sequência, classificar-se os elementos a partir de seus atributos individuais (BARDIN, 2011). Essa atividade taxonômica é resumida por Bardin (2011) como um movimento de atribuição em caixas, em que as categorias são resultado da classificação analógica e progressiva dos materiais, de forma que a organização é

realizada ao longo da pesquisa, no que ficou denominado como procedimento por milha. Cria-se, por fim, um index, em que a classificação do material é realizada a partir de conceitos chave que reúnem unidades de significação, que, no caso desta monografia, são as reportagens do The New York Times. Observa-se, portanto, que as categorias devem ser compreendidas enquanto pontes entre a teoria escolhida e os dados coletados, sendo centrais para a análise proposta (BARDIN, 2011).

Seguindo a lógica do processo da análise categorial temática, após a etapa da pré-análise, realiza-se a exploração do material, que consiste na administração sistemática das escolhas realizadas na etapa anterior (BARDIN, 2011). Por fim, sucede-se com o tratamento dos resultados obtidos a partir da interpretação do pesquisador. Basicamente, os dados brutos são significados, ou seja, passam a receber diferentes acepções alicerçadas nas operações estatísticas aplicadas ao material avaliado. Essas, por sua vez, objetivam, condensar as informações da análise e destacar os principais caminhos possíveis de exploração da pesquisa.

Conhecidos os estágios de pesquisa propostos pela metodologia, parte-se para o esclarecimento dos pormenores que definem esse passo a passo. Primeiramente, destaca-se o processo de codificação, que busca atingir, por meio de regras definidas, uma representação do conteúdo analisado (BARDIN, 2011). Esse movimento divide-se em três: o recorte, que dita a escolha das unidades de análise; a enumeração, que pauta as regras que contabilizam os elementos; e a classificação, que associa o material em questão com as categorias criadas (BARDIN, 2011). Inicialmente, as unidades de análise são compreendidas entre unidades de registro e unidades de contexto: as unidades de registro consistem na matéria a ser significada, sendo a base do texto, ao passo que as unidades de registro são considerações mais generalizantes e que auxiliam na compreensão do contexto, podendo ser a frase para a palavra ou, no caso desta monografia, a própria realidade para a notícia. Por se tratar de uma análise temática, o recorte foi realizado a nível semântico, com foco nos temas verificados, deixando de lado análises linguísticas voltadas para o estudo de palavras específicas. Nesse sentido, observa-se que realizar uma análise temática “[...] consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido.” (BARDIN, 2011, p. 105).

Seguindo para a etapa da enumeração, é necessário que se esclareça as regras que auxiliam o pesquisador a pautar sua análise. A frequência configura-se como a medida mais utilizada e parte do pressuposto de que a importância de uma unidade de registo é dependente da quantidade de vezes que essa unidade é verificada, possuindo um caráter quantitativo (BARDIN, 2011). A direção e a intensidade, por sua vez, consistem em abordagens mais qualitativas: a direção pode ser favorável, desfavorável ou neutra, ao passo que a intensidade busca julgar qual o ímpeto do material avaliado (BARDIN, 2011). Por fim, a ordem busca analisar a disposição dos elementos e tem como fundamento a lógica de que os primeiros pontos abordados nos objetos possuem uma significação mais relevante do que os pontos que os sucedem (BARDIN, 2011). Dentre essas possibilidades, a presente investigação calçou-se na frequência e na direção para organização da classificação criada, podendo ser compreendida como uma abordagem híbrida que combina aspectos quantitativos com questões qualitativas. Dentro dessa lógica, um elemento merece destaque: a inferência. Para Bardin (2011), a análise de conteúdo configura-se como um importante instrumento na investigação de relações de causa e efeito, permitindo a verificação de variáveis inferidas a partir de variáveis de inferência. É com base nesse aporte metodológico que se realizou a criação do banco de dados e a análise das reportagens elencadas.

#### 4.2 ANÁLISE DO CORPUS DOCUMENTAL: O IMPEACHMENT DE DILMA NO THE NEW YORK TIMES

Uma vez estabelecidas as diretrizes da metodologia empregada na análise proposta, parte-se para a consolidação e análise do corpus documental. Tocante às justificativas para as escolhas da pesquisa que balizaram a criação deste corpus documental, destaca-se, primeiramente, a opção pelo The New York Times. Nesse sentido, a escolha por esse jornal específico se dá em função de sua preponderância no cenário internacional: desde sua criação, em 1851, o The New York Times se solidificou como um jornal de importante reputação, tanto no cenário interno norte-americano, quanto globalmente. Em termos de circulação, o jornal não se destaca tanto quanto outros meios de comunicação, especialmente se considerando as mídias impressas de grande circulação na Índia e na China. Contudo, com relação ao reconhecimento em termos de prêmios, o jornalismo

desempenhado pelo The New York Times merece destaque, tendo recebido 130 prêmios Pulitzer até hoje, mais do que qualquer outra organização de notícias no mundo (AWARDS...,2020). Foi justamente considerando-se essa aclamação a nível global que se escolheu o The New York Times como a base dessa pesquisa.

A criação do corpus documental se deu através da ferramenta de pesquisa ProQuest, que congrega diferentes bases de dados. Entre elas, está a “ProQuest Historical Newspapers: The New York Times with Index” que contém edições digitalizadas do jornal The New York Times desde o início de sua liberação em 1851. Para o tratamento da base de dados, foram aplicados dois filtros: um temporal, limitando a data das publicações do dia 1º de Janeiro de 2016 até o dia 31 de Dezembro de 2016; e outro frequencial, que identificava todas as incidências do termo “Dilma”. A partir da aplicação desse filtro cruzado, verificou-se a aparição do termo em um total de 107 artigos, 17 artigos de capa, 8 índices, 6 editoriais e 5 revisões. A exclusão das categorias não consideradas deve ser justificado individualmente: os índices não possuem grande relevância analítica, uma vez que consistem apenas na presença do termo Dilma como referência para a página em que ele se repete posteriormente; as revisões consistem, no The New York Times, em uma seção de análise crítica em termos culturais, ou seja, volta-se para o lançamento de filmes, livros e outras obras artísticas e foge do escopo proposto; por fim, os 107 artigos não puderam ser analisados por uma questão de extensão, uma vez que prescindem de um tempo de análise mais longo do que o permitido por uma monografia. Dessa forma, optou-se, para o âmbito desta monografia, por considerar-se apenas os artigos de capa e os editoriais, fazendo com que o corpus documental analisado fosse de vinte e três reportagens no total (a lista completa com a relação de todas as reportagens está disposta no Apêndice A).

Para a categorização das reportagens, retoma-se o conceito de desdemocratização de Tilly (2007), que está pautado na verificação de pelo menos um de três processos relacionados à política pública: retirada das redes de confiança, inscrição de desigualdades categóricas e formação de centros de poder autônomos. Tilly (2007) observa que em países com Estados fortes e relativamente democráticos, tal qual era o caso do Brasil em 2015, quando iniciou-se o processo de impeachment de Dilma, a desdemocratização costuma ocorrer com base em quatro processos, dentre os quais destaca-se, para o contexto analisado, a disputa interna e a crise econômica aguda.

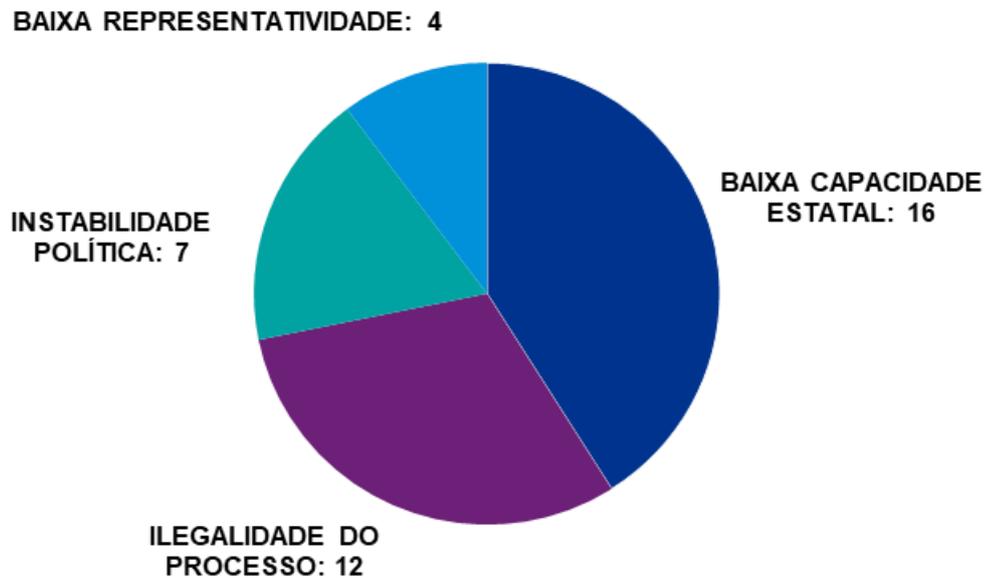
Portanto, criou-se quatro categorias negativas de análise que buscam identificar, primariamente, processos de desdemocratização nas reportagens que compõem a base de dados. As categorias delineadas foram: baixa capacidade estatal, baixa representatividade, instabilidade política e ilegalidade do processo. A categoria de baixa capacidade estatal relaciona-se diretamente com a abordagem de Tilly sobre a participação do Estado na articulação entre recursos, atividades e conexões interpessoais em prol da população. Nesse sentido, dentro dessa categoria estão contidas justificativas econômicas e conjunturais para o processo de impeachment que fogem do escopo da argumentação jurídica, mas que foram utilizadas para fortalecer o processo. Essas motivações são entendidas como erros na administração geral da máquina pública que contribuíram para o impeachment, mas que não compunham argumentos que justificassem o prosseguimento do processo.

A segunda categoria, de baixa representatividade, busca compreender o movimento que ocorreu com a troca da administração de Dilma para Temer no tocante à questão da representatividade dentro do governo, que avalia se o governo Temer se manteve próximo às propostas e ideias levantados pelo plano de governo da plataforma que o elegeu; e, em segundo lugar, como se modificou a articulação popular nas ruas, haja vista ser um tópico central na abordagem de Tatagiba (2014). A terceira categoria que identifica a instabilidade política envolve duas dimensões principais: uma relacionada à população em geral, que é a desaprovação popular do governo e outra associada à classe política, em que se destaca a participação generalizada de políticos brasileiros em casos de corrupção. Esse ponto é delicado e central, uma vez que a maioria dos políticos elencados estiveram, pelo menos em algum momento, como defensores do impeachment como uma arma contra a corrupção. Por fim, a categoria sobre a ilegalidade do processo contempla os pontos relativos à garantia de um processo justo, em que não podem ser tomados como aceitáveis procedimentos e justificativas que fogem do rito jurídico delineado pela Constituição Federal.

Em termos cronológicos, a cobertura do The New York Times sobre o impeachment, considerando-se apenas as reportagens de capa e editoriais contendo a palavra “Dilma” em 2016, iniciou-se no dia 17 de Março e teve sua última matéria publicada no dia 03 de Dezembro. O mês de maio concentrou o maior número de reportagens: oito das vinte e três reportagens foram publicadas nesse

mês, o que é compreensível, uma vez que o Senado Federal acolheu o processo no dia 12 de maio, incorrendo no afastamento de Dilma. O agrupamento das vinte e três reportagens a partir das quatro categorias exploradas levou à seguinte distribuição, considerando que cada reportagem poderia ser classificada com nenhuma ou com as quatro categorias analíticas, dependendo de seu conteúdo:

Figura 1 - Frequência das categorias de análise



Fonte: O autor (2020)

A análise do gráfico da frequência das categorias permite diversas inferências. De forma geral, é possível observar que a narrativa desenvolvida pelo The New York Times questiona e joga luz sobre diversas questões atreladas ao processo de impeachment como um todo. Das vinte e três reportagens analisadas, dezesseis foram englobadas pela categoria de baixa capacidade estatal. Isso significa que aproximadamente 70% das reportagens elencadas tecem comentários e explicações sobre a falta de capacidade de articulação por parte do Estado Brasileiro frente às demandas populares. Concomitantemente, a segunda categoria, que remete à ilegalidade do processo aparece em doze matérias, o que representa mais de 50% do corpus documental, o que permite o levantamento de dúvidas sobre a questão procedimental como um todo. Corroborando o cenário de crise que se desenha, a categoria de instabilidade política foi identificada em sete reportagens, o que representa 30% do total analisado. Por fim, a categoria de baixa

representatividade mostrou-se a menos frequente, sendo observada em quatro reportagens, que correspondem a 17% da amostra.

A categoria de baixa capacidade estatal possui a maior incidência sobre as reportagens analisadas, o que nos permite concluir que o The New York Times atribuiu grande importância às questões econômicas e conjunturais nas quais a administração pública deixou a desejar com relação às demandas e expectativas da população. A questão econômica recebe extrema relevância na perspectiva do The New York Times. Na matéria do dia 04 de Abril, o jornal destaca como um “golpe duplo de colapso econômico e político” a conjuntura enfrentada pelo Brasil ao longo do início de 2016. Pontuam-se os desafios econômicos decorrentes da diminuição da importação chinesa de commodities, o que ocasionou grande queda internacional dos preços. Nesse sentido, a reportagem destaca a influência desse movimento internacional de preços de commodities sobre o mercado de trabalho interno brasileiro, fazendo com que milhões de brasileiros voltassem à pobreza em um momento em que a taxa de desemprego chegou à cifra dos 9,5% (ROMERO, 2016).

Com a reportagem de capa do dia 10 de Maio, dois dias antes da aprovação do impeachment pelo Senado, pode-se delinear um panorama da abordagem do jornal sobre o tema, que argumenta que a batalha pelo impeachment não está ocorrendo paralelamente, mas de forma entrelaçada com outras questões, em que se destacam os aspectos conjunturais e econômicos. Essa reportagem destaca, entre outros pontos, o pior revés econômico em décadas, a epidemia de Zika pelo país, os escândalos envolvendo uma das maiores empresas públicas - a Petrobrás - e a falta de preparo para a recepção dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro como aspectos centrais para a escalada do impeachment (ROMERO, 2016). Na reportagem do dia 27 de Novembro, já após o impeachment, o The New York Times chega a relacionar diretamente as duas esferas, argumentando que o declínio econômico, iniciado em 2014, culminou com a deposição de Dilma, sendo parte integrante de seu processo (PADDOCK, 2016). Constata-se, portanto, uma crise conjuntural tripla - que envolve a questão econômica, a epidemia de Zika e o envolvimento com as Olimpíadas - que se une aos casos de corrupção, que recebem grande atenção nas reportagens.

A categoria de instabilidade política contempla justamente a esfera abordada pelo The New York Times que pontua o impeachment dentro de um contexto de fragilidade da política. Primeiramente, observa-se a questão da aprovação popular,

que se mostra um ponto de vulnerabilidade para o governo de Dilma. Na reportagem do dia 15 de Abril, o jornal aponta para a impopularidade de Dilma, destacando que a aprovação de seu governo estava se aproximando à casa dos dígitos simples (ROMERO; SREEHARSHA, 2016). Paralelamente, o jornal frisa como a corrupção se tornou uma prática endêmica na política brasileira. Em diversas reportagens, são narrados os casos envolvendo figuras centrais na articulação política no Brasil. Nesse sentido, observa-se que o *The New York Times* é categórica ao posicionar Dilma diferentemente de outros políticos citados em função do fato dela não ter sido acusado de enriquecimento próprio. Desses, três figuras se destacam: Eduardo Cunha, então Presidente da Câmara dos Deputados, é repetidamente lembrado como alvo de investigações pelo Supremo Tribunal Federal por ter recebido mais de quarenta milhões de dólares em propinas; Renan Calheiros, à época Presidente do Senado, é citado em diferentes reportagens como receptor de subornos relacionados à Petrobrás; e Michel Temer, envolvido com esquemas de compra ilegal de etanol. A reportagem do dia 15 de Abril apresenta um resumo interessante da questão: ela destaca que, na época, mais da metade dos membros do Congresso estavam sendo acusados de questões relativas a suborno, fraude eleitoral, desmatamento ilegal, sequestro e até homicídio (ROMERO; SREEHARSHA, 2016).

De forma geral, essa matéria se une a outras e vai ainda mais longe ao mostrar como esses três personagens, entre tantos outros, estavam envolvidos como defensores proponentes do impeachment. Esse ponto, inclusive, se tornou parte da estratégia de defesa de Dilma, em que se questionava a hipocrisia do processo de impeachment ser levado a cabo por sujeitos julgado por corrupção. Na primeira reportagem veiculada após o impeachment, datada do dia 13 de Maio, o *The New York Times* destaca que Temer foi julgado culpado de violar os limites de financiamento de campanha, o que o tornaria inelegível para concorrer a um cargo por oito anos, o que apenas reforça o argumento utilizado pela defesa de Dilma. (ROMERO, 2016). A reportagem do dia 01 de Setembro avança a discussão ao argumentar que o impeachment de Dilma poderia não restaurar a confiança pública nos líderes do Brasil, pois o processo estaria apenas transferindo o poder de uma parte associada a escândalos de corrupção para outra, sendo que a argumentação dos defensores do impeachment indicava uma pretensão bastante diversa, uma vez que o processo era defendido como uma oportunidade de livrar o Brasil da

corrupção ao retirar-se o Partido dos Trabalhadores da presidência (ROMERO, 2016).

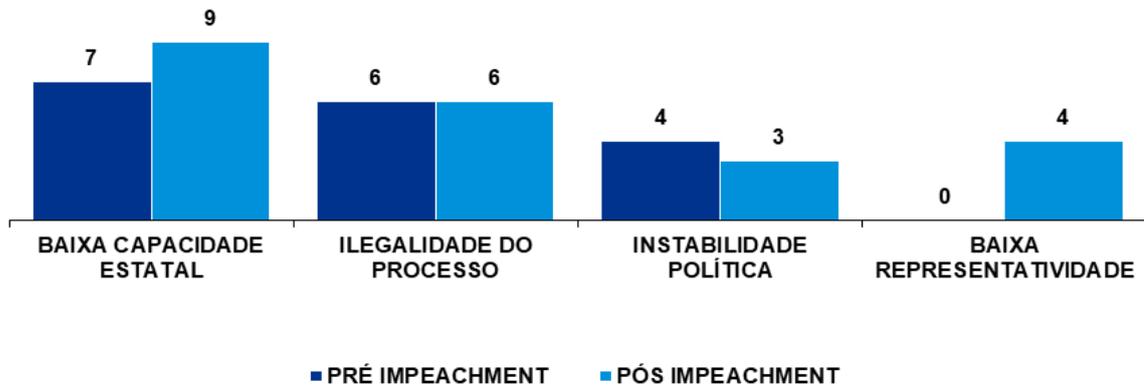
O ponto sobre a ilegalidade do processo expande a perspectiva sobre a questão processual do impeachment, sendo uma categoria atribuída a mais da metade das reportagens analisadas. Na matéria do dia 18 de Abril, o The New York Times mostra como cientistas políticas e especialistas jurídicos expressaram dúvidas sobre a base da campanha pelo impeachment (JACOBS, 2016). O jornal denomina o que ficou conhecido no Brasil como as pedaladas fiscais de truque orçamentário e destaca como essa estratégia contábil foi utilizada por diversas administrações anteriores à de Dilma. O editorial do dia 19 de Abril destaca que o impeachment consistiu em muito mais do que a análise sobre o crime de responsabilidade referente ao orçamento: ele significou uma votação sobre o Partido dos Trabalhadores, que estava no poder desde 2003, em adição à corrupção massiva e à recessão profunda identificados pelo The New York Times (DILMA..., 2016). Sobre esses aspectos, salienta-se tanto as questões práticas - que envolvem desvios nos procedimentos adotados - quanto as simbólicas - que remetem a justificativas externas àquelas previstas como crime de responsabilidade na Constituição Federal.

Tocante às questões mais práticas, não pode-se afirmar que o The New York Times questiona o procedimento jurídico em termos de suas etapas, que são consideradas como seguidas. Todavia, o jornal põe em xeque alguns momentos que demonstram que o processo de impeachment não foi irretocável. A reportagem do dia 04 de Abril descreve o movimento do vazamento, por parte de Sérgio Moro, da conversa entre Dilma e Lula acerca da possibilidade de nomeação de Lula como Ministro da Casa Civil (ROMERO, 2016). Mais do que qualquer comentário sobre o movimento de Dilma, o The New York Times destaca as repreensões sofridas por Moro por vazar conversas da Presidente da República sem a autorização do Supremo Tribunal Federal. A reportagem aponta, inclusive, à possibilidade de que o inquérito relacionado à Lava Jato, antes objeto de admiração nacional, poderia ter se tornado uma “caça às bruxas partidária”. Posteriormente ao impeachment, no editorial do dia 06 de Junho, o jornal vai ainda mais longe ao divulgar as gravações telefônicas que envolveram Romero Jucá e postular se a deposição de Dilma não poderia ser compreendida enquanto um movimento para frear as investigações relativas à Operação Lava Jato (BRAZIL'S..., 2016).

Com relação aos aspectos mais simbólicos, observa-se a atribuição de justificativas que não crimes de responsabilidade para embasar diretamente o impeachment. É inegável que diferentes aspectos possuem confluência no processo de impeachment, mas, no caso de Dilma, o que o The New York Times aponta é que esses argumentos foram utilizados como forma de sustentação do processo, o que fornece uma legitimidade questionável. A matéria do dia 02 de Maio associa a queda de Dilma a uma personalidade autocrática, responsável por afastar aliados e companheiros (JACOBS, 2016). Dilma é caracterizada, nesse sentido, como uma líder arrogante e possuidora de um “pavio curto” que dificultou a formação de coalizões capazes de governar. Todos esses pontos consistem em críticas completamente aceitáveis sobre uma Presidente: o que foge da normalidade é o fato de que esses argumentos não apenas foram utilizados para fomentar o processo de impeachment, mas compuseram seu próprio alicerce, sendo aspectos centrais na argumentação pela deposição de Dilma.

Um ponto ainda pouco explorado diz respeito à questão cronológica relativa ao impeachment. Para adicionar à lógica das categorias e embasar os comentários acerca da categoria de baixa representatividade, observa-se o gráfico a seguir, que divide a frequência das categorias entre sua verificação pré impeachment e pós impeachment, sendo a data de corte considerada de 12 de Maio de 2016, quando do acolhimento do processo pelo Senado Federal e consequente afastamento de Dilma.

Figura 2 - Distribuição da frequência das categorias anteriores e posteriores ao impeachment <sup>4</sup>



Fonte: O autor (2020)

O gráfico permite duas inferências: primeiramente, tocante às categorias de baixa capacidade estatal e instabilidade política, o que se constata é que o clima de fragilidade, fragmentação e polarização da política e da resposta estatal às demandas populacionais que se depreende das reportagens do The New York Times mostra que essa realidade complexa não foi resolvida e tampouco se alterou para melhor com o impeachment. Paralelamente, a distribuição idêntica da categoria de ilegalidade do processo no período anterior e posterior mostra que essa questão sempre esteve no horizonte do jornal e das matérias analisadas. Entretanto, a inferência de destaque acerca desse gráfico remete à categoria de baixa representatividade, que não foi verificada nenhuma vez no momento pré-impeachment, mas foi identificada quatro vezes após o impedimento de Dilma, o que demonstra uma clara relação da categoria com a formação do novo governo.

A primeira reportagem classificada com a categoria de baixa representatividade data do dia 13 de Maio, um dia após a aprovação por parte do Senado. Nessa matéria, o governo Temer é brevemente apresentado como sucessor na presidência com a saída de Dilma (ROMERO, 2016). Entretanto, além dos casos de corrupção relacionados à nova administração que já foram destacados, os dois pontos que são que recebem ênfase nessa apresentação do governo Temer são críticas à sua composição ministerial: o The New York Times critica a ausência completa de mulheres e de negros no gabinete montado por

<sup>4</sup> A data de corte considerada foi o dia 12 de maio de 2016, quando ocorreu o acolhimento do processo de impeachment pelo Senado Federal e o consequente afastamento de Dilma.

Temer. As outras matérias englobadas pela categoria destacam a incompatibilidade do cenário em que o governo de um país tão diverso quanto o Brasil seja formado apenas por homens brancos. O que se constata é uma potente verificação de falta de representatividade como um todo no novo governo. A reportagem do dia 08 de Setembro destaca a questão feminina ao adicionar uma nuance de gênero ao debate do impeachment (ROMERO; KAISER, 2016). Sobre esse ponto, discute-se se o processo haveria se desenrolado da mesma maneira se fosse um homem no lugar de Dilma, o que inflama o debate especialmente em se considerando as justificativas de cunho individualizado atribuídas ao processo a partir da pessoa de Dilma que foram abordadas dentro da categoria de ilegalidade do processo.

Nos últimos parágrafos, discutiu-se as quatro categorias negativas criadas para balizar as reportagens do The New York Times com base no aporte teórico de Tilly (2007). A presença, bem como a frequência de todas as categorias, aponta para uma narrativa de instabilidade a partir da caracterização de processos desdemocratizantes. Contudo, o movimento pelo impeachment em 2016, a partir de sua veiculação pelo jornal norte-americano, não representou apenas movimentos de regressão democrática. Dessa forma, criou-se uma categoria adicional à análise que adiciona uma dimensão extra à avaliação, uma vez que consiste na única categoria positiva abordada: a alta participação popular. Tal qual postula Tilly (2007), processos democratizantes podem ocorrer de forma paralela a processos de desdemocratização. Inclusive, esses processos podem ser verificados em contextos gerais de desdemocratização, uma vez que os movimentos nos dois sentidos não são excludentes.

A categoria de alta participação popular foi identificada quatro vezes nas reportagens, sendo duas das aparições anteriores ao impeachment e duas posteriores. Essa categoria alinha-se à abordagem de Tatagiba (2014), uma vez que salienta a importância dos protestos na construção de opinião no desenrolar do processo de impeachment. No momento anterior, destaca-se, principalmente, as manifestações favoráveis ao impeachment. Nesse sentido, o The New York Times ressalta como a campanha pelo impeachment causou polarização no interior da sociedade brasileira ao dividir amigos e famílias e levantar dúvidas sobre os seus impactos sobre a democracia brasileira. Nas reportagens veiculadas após o impeachment, segue-se destacando os protestos verificados, mas observa-se que a conotação desses eventos muda e passa a se voltar à crítica da administração

Temer. A reportagem do dia 08 de Setembro destaca a participação das mulheres nessas demonstrações em uma clara resposta à ausência de mulheres na formação do governo Temer (ROMERO; KAISER, 2016).

Um último ponto que merece ser comentado foge do escopo das categorias criadas. A análise de conteúdo categorial temática proposta esteve embasada em uma lógica qualitativa, que considerou o conteúdo das reportagens na atribuição das categorias. Todavia, como complemento, realizou-se, também, uma breve análise quantitativa, que buscava delinear mais observações da posição do The New York Times frente ao processo de impeachment. Nesse sentido, aplicou-se uma análise de frequência de palavra e mapeou-se todas as incidências do termo “coup”, que se mostra a designação utilizada na língua inglesa para indicar o que no Brasil comumente se denomina como golpe. No total, a palavra é utilizada em oito das vinte e três reportagens, sendo identificada múltiplas vezes nessas reportagens. Em nenhum momento o jornal defende a visão que classifica o impeachment como um golpe, mas é evidente que a presença do termo em mais de um terço das reportagens analisadas incita o debate acerca da classificação do processo. Somados às questões levantadas com a categoria de ilegalidade do processo, esses pontos indicam as diferentes ramificações apresentadas pelo The New York Times sobre o impeachment que levantam dúvidas não apenas sobre a lisura do processo em termos processuais, mas também sobre sua legitimidade em termos legais e simbólicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente monografia, buscou-se tecer diferentes reflexões no tocante ao debate sobre desenvolvimento democrático e suas associações possíveis com os meios de comunicação. Observou-se que o conceito de democracia se tornou um objeto do jogo político na contemporaneidade, de forma que o termo ganhou relevância e passou a ser ressignificado para ser moldado de acordo com os interesses de seus defensores (MIGUEL, 2005). Verificou-se como os debates democráticos da segunda metade do século XX deixaram de ser focados na questão da desejabilidade da democracia, que já se tornara expoente a ser almejado, e centralizaram suas contribuições sobre as diferentes formas possíveis da democracia, o que se justificava tendo em vista a disseminação acelerada do modelo pelo mundo.

O debate panorâmico sobre teoria democrática realizado no capítulo dois estabelece pontos de contato, bem como diferenças, entre as correntes de pensamento que mais receberam proeminência a nível internacional nos últimos anos. A abordagem de Miguel (2005) - que divide as vertentes mais em voga no século XX - e a divisão de Santos (2003) entre os arranjos hegemônicos e não hegemônicos se unem às contribuições dos autores clássicos e delineiam uma possível categorização que não esgota a discussão referente à teoria democrática contemporânea. Buscou-se, nesse sentido, mostrar como os teóricos flertam com diferentes aspectos internos das abordagens para definir a sua perspectiva de democracia. Dessa forma, a abordagem de Tilly (2007), que é utilizada como arcabouço teórico da monografia, é entendida como uma ferramenta na análise dos acontecimentos, e não como uma verdade em si. Sua visão contextual, bem como sua orientação processual, permitiram a identificação dos processos imprescindíveis para que se possa compreender o nível do desenvolvimento democrático de um país. Buscou-se demonstrar como a democracia deve ser entendida enquanto um processo dinâmico que media a relação entre governo e governados, podendo ir tanto no sentido da democratização, quanto da desdemocratização. A contextualização sobre discussão democrática possibilitou o contato com diferentes pontos de vista acerca do desenvolvimento democrático de um país e o conhecimento dessas diferentes vertentes, por sua vez, foi central no delineamento

e na criação das categorias de análise, permitindo uma melhor compreensão dos movimentos veiculados nas páginas do jornal norte-americano.

O capítulo três foi responsável por explorar os acontecimentos relacionados ao impeachment de Dilma. Discorreu-se sobre o lugar do dispositivo do impeachment nos regimes democráticos e, de forma mais específica, sua caracterização na Constituição Federal. Explorou-se a lógica argumentativa de Kozicki e Chueiri (2019) - que classificavam os impeachments como armas nucleares constitucionais e necessariamente destrutivas - e contrastou-se essa visão com a de Tilly (2007), que não rotula os impeachments como invariavelmente desfavoráveis à democracia. Adentrando o governo de Dilma, elencou-se todos os movimentos verificados desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência até a deposição de Dilma através das contribuições de Svartman e Silva (2016). Dentre as nuances observadas, destacam-se duas contribuições: Tatagiba (2018) volta-se à importância das demonstrações de rua que ocorreram entre 2011 e 2016, demonstrando que houve um alinhamento entre a política eleitoral e os processos de mobilização a partir da emergência de novos grupos políticos alinhados à direita que foram centrais na jornada pelo impeachment; Rebello, Damin e Giora (2019), através de seu trabalho de regressão logística, buscam elencar variáveis que expliquem os votos dos Deputados Federais sobre o impeachment. Suas variáveis eleitorais, político-partidárias e geográficas, ao abordar a influência de diferentes aspectos sobre a orientação dos votos, adicionam uma camada de complexidade à análise sobre a motivação do impeachment.

A visão de Tilly (2007) sobre o desencadeamento dos processos que promovem os movimentos democráticos foi central na criação das categorias analíticas utilizadas para embasar a análise realizada no capítulo quatro. Tal qual o autor defende, considerou-se que os movimentos nos dois sentidos - democratização e desdemocratização - não são excludentes e podem ser verificados de forma paralela, o que permitiu a inclusão de uma categoria de análise positiva entre outras quatro negativas. A aplicação da fundamentação teórica examinada no capítulo dois foi somada à contextualização realizada no capítulo três, o que permitiu a investigação realizada no capítulo quatro. Através da análise de conteúdo de categorial temática tal qual desenvolvida por Bardin (2011), realizou-se a categorização de vinte e três reportagens do The New York Times a partir de quatro categorias negativas - que consistem em indicativos de processos

desdemocratizantes - e uma categoria positiva - reflexo de um potencial movimento no sentido de fortalecimento da democracia.

A análise de distribuição das categorias criadas permitiu verificar como o *The New York Times* explorou o impeachment de Dilma. Retoma-se, portanto, o problema de pesquisa dessa monografia, que buscou compreender quais as nuances atribuídas pelo jornal ao movimento de deposição de Dilma. Constatou-se, a partir das reportagens, um cenário de instabilidade e de fragilidade generalizados, o que permite compreender que a narrativa veiculada pelo jornal norte-americano se alinha à interpretação que aponta para a existência de processos que foram responsáveis pelo enfraquecimento da democracia brasileira e que estiveram associados ao processo de impeachment de Dilma. Levando isso em consideração e baseado no aporte teórico de Tilly (2007), conclui-se que, para o *The New York Times*, o impeachment compõe um contexto de regressão democrática no Brasil.

A questão da ilegalidade do processo introduziu as possíveis análises atribuídas ao processo de impedimento e levantou as primeiras dúvidas acerca das justificativas da campanha pelo impeachment. Mostrou-se como as questões práticas e simbólicas remeteram a justificativas externas àquelas previstas como crime de responsabilidade na Constituição Federal, o que contribuiu para o contexto de incerteza sobre a direção tomada pelo processo. A categoria de baixa capacidade estatal teve seu foco nas questões econômicas e conjunturais, realizando um paralelo com a abordagem de Tilly (2007) ao demonstrar como a administração pública deixou a desejar com relação às demandas e expectativas da população. A categoria de instabilidade política, por sua vez, explorou alguns aspectos da realidade política brasileira, apontando como defensores do impeachment estavam associados às mesmas práticas que condenavam. Por fim, a categoria de baixa representatividade teve sua associação exclusiva à administração de Temer e representa as críticas à ausência completa de mulheres e de negros no gabinete montado pelo sucessor de Dilma. Por outro lado, a presença da categoria de alta participação popular mostrou que a escolha por utilizar o aporte teórico de Tilly (2007) permitiu observações interessantes a partir da base de dados criada. Verificou-se que, por mais que os processos associados ao impeachment e representados pelas categorias negativas fossem indicativos de movimentos desdemocratizantes, outro processo identificável na realidade brasileira consistia em um movimento de fortalecimento democrático. Isso está completamente alinhado à

lógica processual de democracia de Tilly (2007), que julga ser possível que movimentos nos dois sentidos ocorram de forma paralela.

Concluindo, é claro que a divisão entre as categorias propostas não esgota o tema dessa pesquisa. Outros caminhos ainda são possíveis para que se estude ainda mais as relações verificáveis entre democracia - e seu grau de desenvolvimento - e os meios de comunicação. Por se tratar de uma monografia de tempo limitado, algumas escolhas de pesquisa se mostraram necessárias, o que acabou restringindo o escopo desse trabalho. A utilização de um jornal como objeto de análise, por exemplo, mostrou limitações, em que se destaca a ausência de uma avaliação aprofundada sobre a orientação do The New York Times, bem como sobre as ramificações específicas de sua seção internacional, com foco para a cobertura do Brasil, para balizar a avaliação. Entretanto, é notável que o jornal permitiu a exploração realizada, sendo uma interessante fonte de pesquisa para a investigação de perspectivas internacionais acerca dos processos políticos em curso no Brasil. Sobre a possibilidade de aprofundamento da pesquisa, duas abordagens analíticas ainda podem ser aplicadas: a primeira possibilidade seria o alargamento cronológico da base analisada, que considerou apenas as reportagens de 2016. A análise de reportagens anteriores e posteriores ao ano do impeachment - de 2015 a 2017, por exemplo - poderia indicar movimentos que não foram identificados na janela de apenas um ano. Outra possibilidade de expansão da pesquisa que contribuiria para o debate seria a comparação da abordagem de The New York Times com outros jornais internacionais a partir das categorias analíticas criadas. Com essa categorização, seria possível comparar as nuances atribuídas por cada um dos jornais e entender como o processo de impeachment de Dilma foi caracterizado em distintos locais do mundo, o que permitiria avanços interessantes no que diz respeito à relação entre democracia e mídia através de diferentes pontos de vista.

## REFERÊNCIAS

- AWARDS and Recognition. **Nytco**, New York, 2020. Disponível em: <https://www.nytco.com/company/prizes-awards/>. Acesso em: 8 dez. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOBBIO, N. Quais as alternativas para a democracia representativa. *In*: BOBBIO, N. *et al.* **O marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 33-54.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRAZIL'S Gold Medal for Corruption. **New York Times (1923-Current file)**, New York, N.Y., p. 1, Jun 06 2016.
- DAHL, Robert Alan. **On democracy**. New Haven: London, Yale University Press, 1998.
- DAHL, Robert Alan. **Democracy and Its Critics**. New Haven: London, Yale University Press, 1989.
- DAHL, Robert Alan. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.
- DILMA Rousseff's Fight for Political Survival. **New York Times (1923-Current file)**, New York, N.Y., p. 1, Apr 19 2016.
- JACOBS, A. Former Allies Say Brazil's Leader Has a Temper That Has Hurt Her. **New York Times (1923-Current file)**, New York, N.Y., p. 2, May 02 2016.
- JACOBS, A. Vote to impeach Brazil's leader passes strongly: a step closer to ouster case against president goes to senate--trial is possible. **New York Times (1923-Current file)**, New York, N.Y., p. 2, Apr 18 2016.
- KOZICKI, K.; Chueiri, V. Impeachment: a arma nuclear constitucional. **Lua Nova**, São Paulo, n. 108, Sept./Dec. 2019. Epub.
- MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB**, São Paulo, n. 59, 2005. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-5>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- PADDOCK, R.C. et al. World of Potential Conflict For a Developer President: Marty Trump Partners Have Ties to Foreign Governments as Work Spans Globe. **New York Times (1923-Current file)**, New York, N.Y., p. 1, Nov 27 2016.
- REBELLO, Maurício. M.; DAMIN, C. J.; GIORA, G.O Impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais - Universidade Federal do Ceará - UFC - Economia e Política**, Fortaleza, v. 50, p. 449-473, 2019.

ROMERO, S. Brazil Reels Again as Impeachment Vote Is Declared Invalid. **New York Times (1923-Current file)**, New York, N.Y., p. 2, May 10 2016.

ROMERO, S. How Web Of Corruption Ensnared Brazil: Senator's Tales of Bribery, Back-Room Deals and Desperate Cover-Ups. **New York Times (1923-Current file)**, New York, N.Y., p. 2, Apr 04 2016.

ROMERO, S.; KAISER, A.J. Brazil's Few Female Politicians Debate Impeachment's Impact. **New York Times (1923-Current file)**, New York, p.2, 8 set. 2016.

ROMERO, S. Impeachment Vote Ousts President in a Brazil Engulfed by Scandal. **New York Times (1923-Current file)**, New York, N.Y., p. 2, Sep 01 2016.

ROMERO, S. New Leader in Brazil Hints at a Tilt to the Right. **New York Times (1923-Current file)**, New York, N.Y., p. 2, May 13 2016.

ROMERO, S.; SREEHARSHA, V. Trying to Oust Brazil's Leader, But Facing Own Graft Charges. **New York Times (1923-Current file)**, New York, N.Y., p. 2, Apr 15 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A Democracia Impedida: o Brasil no Século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHUMPETER, J. A. **Democracia, socialismo e capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SVARTMAN, Eduardo M.; SILVA, André Luiz R. Castigo sem crime? Raízes domésticas e implicações internacionais da crise brasileira. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 7, n. 35, p. 4-14, abr./maio 2016.

TATAGIBA, LUCIANA. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, [s. l.], v. 17, p. 112-135, 2018.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, [s. l.], v.13, n.28, pp. 35-62, 2014.

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WEBER, Max. **Economy and Society: an outline of interpretative sociology**. Berkeley: University of California Press, 1978. v. 1.

YOUNG, I. M. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

## APÊNDICE A – RELAÇÃO DE REPORTAGENS ANALISADAS

<b>Data</b>	<b>Tipo</b>	<b>Título</b>
17/03/2016	Reportagem de capa	Amid Scandal, Brazil's Leader Gives Predecessor Legal Shield
04/04/2016	Reportagem de capa	How Web Of Corruption Ensnared Brazil: Senator's Tales of Bribery, Back-Room Deals and Desperate Cover-Ups
15/04/2016	Reportagem de capa	Trying to Oust Brazil's Leader, But Facing Own Graft Charges
16/04/2016	Reportagem de capa	Leader's Fate Strains the Ties Binding Brazil
18/04/2016	Reportagem de capa	VOTE TO IMPEACH BRAZIL'S LEADER PASSES STRONGLY: A STEP CLOSER TO OUSTER Case Against President Goes to Senate --Trial Is Possible
19/04/2016	Editorial	Dilma Rousseff's Fight for Political Survival
02/05/2016	Reportagem de capa	Former Allies Say Brazil's Leader Has a Temper That Has Hurt Her
10/05/2016	Reportagem de capa	Brazil Reels Again as Impeachment Vote Is Declared Invalid
13/05/2016	Reportagem de capa	New Leader in Brazil Hints at a Tilt to the Right
15/05/2016	Reportagem de capa	Brazil's Graft-Prone Congress, A Circus That Has Its Own Clown
17/05/2016	Editorial	Venezuela's Downward Spiral
23/05/2016	Reportagem de capa	Party Pledging Brazil Salvation Made Rio Crisis
23/05/2016	Editorial	The Left on the Run in Latin America
28/05/2016	Reportagem de capa	Venezuela's Collapse Drifts Into Darker Territory
06/06/2016	Editorial	Brazil's Gold Medal for Corruption
31/07/2016	Editorial	Waters Most Foul at the Olympics
02/08/2016	Reportagem de capa	U.S. Helps Rio As Threats Rise Before Games

06/08/2016	Reportagem de capa	World Begins Gilded Games In Gritty Rio
01/09/2016	Editorial	Brazil's Ousted President
01/09/2016	Reportagem de capa	Impeachment Vote Ousts President in a Brazil Engulfed by Scandal
08/09/2016	Reportagem de capa	Brazil's Few Female Politicians Debate Impeachment's Impact
27/11/2016	Reportagem de capa	World of Potential Conflict For a Developer President: Marty Trump Partners Have Ties to Foreign Governments as Work Spans Globe
03/12/2016	Reportagem de capa	Who's Taping Whom? As Graft Roils Brazil, Paranoia Reigns



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)